



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO  
PÚBLICA**



**DANIELA DOS SANTOS DE OLIVEIRA**

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE SEGURANÇA  
ALIMENTAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DAS IFES/BA NO  
PERÍODO DE 2010 A 2020**

**CACHOEIRA-BA  
2022**

**DANIELA DOS SANTOS DE OLIVEIRA**

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR NAS  
ESCOLAS PÚBLICAS DAS IFES/BA NO PERÍODO DE 2010 A 2020**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Inês Caetano Ferreira

**CACHOEIRA-BA  
2022**

DANIELA DOS SANTOS DE OLIVEIRA

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR NAS  
ESCOLAS PÚBLICAS DAS IFES/BA (2010-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 11 de março de 2022.

*Maria Inês Caetano Ferreira*

**Maria Inês Caetano Ferreira**  
Doutora em Sociologia pela USP  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*Ivana T. Muricy*

**Ivana Muricy**  
Mestre em ciências sociais pela UFBA  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*Clarissa dos S. Veloso*

**Clarissa Veloso**  
Doutora Ciências Sociais pela PUC Minas  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Elaborado por: Confitec

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para conseguir chegar até aqui, em meio a muitas tentativas de desistir, e a mim por ter passado por cada degrau, caindo e levantando.

Agradeço também a minha família minha mãe Maria, meu pai Balbino, minha irmã Dalila, a minha avó Otilha, as minhas tias Joaninha, Carminha e Celina, aos meus tios Antônio, Agostinho e Miguel e todos aqueles que me ajudaram direta e indiretamente meu muito obrigado.

Ao meu bebê (Branco) que chegou em minha vida quando eu mais precisava e se tornou minha companhia, minha terapia, minha alegria nos últimos meses para poder continuar em frente. Te amo muito meu bebê, muito obrigado.

Agradeço à minha orientadora pela ajuda, paciência, dedicação, compreensão durante a elaboração desse trabalho.

Agradeço aos meus amigos (as) Barbara, Juraci, Ana Teresa, Icaro, Caio, Nivea, Darlene, Karina, Luana, Tailane, Aíla; pela ajuda, pelos não desista não, já está quase lá, você consegue, pelas resenhas, e momentos que dividimos ao decorrer desse tempo.

Enfim a todos que me incentivaram desde o início, que esteve ao meu lado, que me apoiou, me aconselhou e que ofereceu o ombro amigo quando mais necessitei nessa jornada, que esteve comigo nos momentos alegres e nos difíceis também, o meu muito obrigado a todos vocês.

OLIVEIRA, Daniela dos Santos. **A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DAS IFES/BA NO PERÍODO DE 2010 A 2020**. Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnologia em Gestão Pública. 68 pg. 2022. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2022.

## RESUMO

O presente trabalho visa realizar uma revisão de literatura através da metodologia utilizada ao decorrer dos anos, sobre o tema segurança alimentar nas escolas públicas entre o ano de 2010 a 2021, nos repositórios das Instituição Federal de Ensino Superior da Bahia. Objetiva fazer um levantamento do perfil da produção acadêmica publicada nas IFES/BA, sobre segurança alimentar e nutricional. A segurança alimentar e nutricional é um direito, tanto para os estudantes no período escolar, como para toda a população tenha acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade que não comprometa as outras necessidades básicas. Visa a prática de alimentação saudável, com diversidades culturais, regionais, ambientais e econômicas. A SAN, juntamente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem um processo de articulação que visa basicamente os mesmos objetivos, além de contribuir para aprendizagem, rendimento escolar, práticas alimentares que respeitem os hábitos alimentares regionais, disponibiliza refeições que possam atender as necessidades nutricionais dos estudantes no ano letivo. Com tudo este trabalho irá verificar os principais temas da área estudados pelos pesquisadores, as diferenças e as similaridades nas produções de Graduação e Pós-Graduação e as mudanças ocorridas ao longo do período.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar. Alimentação escolar. Educação alimentar e nutricional. PNAE

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional nos cursos de graduação de 2010 a 2020.	33
Quadro 2 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional nos programas de Pós-Graduação (Mestrado), de 2010 a 2020.	33
Quadro 3 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional nos programas de Pós-Graduação (Doutorado), de 2010 a 2020.	34
Quadro 4 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, procedimento metodológico, de 2010 a 2020.	29
Quadro 5 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, palavras-chaves, de 2010 a 2020.	40
Quadro 6 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, período de pesquisa, de 2010 a 2020.	30
Quadro 7 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, tipos de estudos, de 2010 a 2020.	30
Quadro 8 - Sistematização e categorização dos trabalhos acadêmicos, produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional de 2010 a 2020.	41

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição dos tipos de trabalhos acadêmicos produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, no período de 2010 a 2020.	32
Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, autor segundo sexo de 2010 a 2020.	31
Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, unidade acadêmica de 2010 a 2020.	31

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**BPF** - Boas Práticas de Fabricação

**CAE** - Conselho de Alimentação Escolar

**CAISAN** - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

**CGU** - Controladoria Geral da União

**CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**DHAA** - Direito Humano à Alimentação Adequada

**EAN** - Educação Alimentar e Nutricional

**FAO** - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**IFES\BAHIA** - Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia

**INEP** - Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira

**LOSAN** - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

**MEC** - Ministério da Educação

**MP** - Ministério Público

**PNAE** - Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**PNSAN** - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**SISAN** - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso

**TCU** - Tribunal de Contas da União

**UFBA** - Universidade Federal do da Bahia

**UFRB** - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2. OBJETIVOS</b>	<b>11</b>
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS	11
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>12</b>
<b>3.1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>	<b>14</b>
3.1.2 Históricos e evolução	14
3.1.3 Diretrizes básicas da alimentação escolar	16
<b>4. EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E O DHAA</b>	<b>17</b>
<b>5. CONSELHOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR</b>	<b>18</b>
5.1 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	17
5.1.2 Princípios do PNAE	18
5.1.3 Diretrizes dos PNAE	19
5.1.4 CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar	20
5.1.5 PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	20
5.1.6 Diretrizes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	21
5.1.7 SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	22
5.1.8 CAE- Conselho de Alimentação Escolar	23
5.1.9 Competências do CAE	23
<b>6. METODOLOGIA</b>	<b>24</b>
<b>7. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>27</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>36</b>
<b>ANEXO A – Distribuição dos trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, palavras-chaves de 2010 a 2020</b>	<b>38</b>
<b>ANEXO B -Sistematização e categorização dos trabalhos acadêmicos, produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional de 2010 a 2020</b>	<b>39</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A segurança alimentar vem sendo debatida em diversas áreas sociais e políticas. O debate resultou em um conceito de segurança alimentar e nutricional que está escrito no Art.3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – (LOSAN), sancionada em 2006, que faz saber:

Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem as diversidades culturais e que sejam ambientais econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

Com objetivos voltados para o direito humano à alimentação adequada -DHAA e para a segurança alimentar e nutricional - SAN, o programa nacional de alimentação escolar - PNAE, mais antigo programa social do Brasil da área de Alimentação e nutrição, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis e culturais dos estudantes do ensino público fundamental, inclusive de jovens e adultos, disponibilizando refeições que atendam às necessidades nutricionais durante sua permanência em todo o período letivo. (RAMOS, 2015).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como o PNAE, vem buscando meios de incentivar a alimentação escolar saudável durante o período letivo e também garantir o direito a toda população, principalmente aquelas mais vulneráveis a uma alimentação adequada. Tendo sempre que respeitar os hábitos alimentares regionais, culturais, tradicionais e agrícolas e dessa forma ajudando a fortalecer a produção e a comercialização dos produtores agrícolas gerando mais empregos.

Segundo Resolução FNDE nº 26/2013, o PNAE conta com ajuda de nutricionistas para acompanhar a aquisição dos alimentos e elaborar o cardápio escolar. Dentre as atribuições dos nutricionistas compreendem, as ações de “realizar o diagnóstico e o acompanhar o estado nutricional dos estudantes; planejar, acompanhar, elaborar, e avaliar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar regional, acompanhar desde a aquisição dos alimentos até o consumo das refeições pelos estudantes; coordenar e realizar, em conjunto com a

direção escolar e com a coordenação pedagógica da escola, ações de Educação Alimentar Nutricional - EAN”.

Mediante a algumas leituras na área SAN e experiências já vistas na prática, o ambiente escolar é um dos meios com maiores riscos de contaminação devido ao grande número de refeições servidas diariamente e muitas das vezes feita com antecedência, o que acaba favorecendo a exposição dos alimentos a alguns agentes contaminantes. A falta de higiene no preparo e distribuição dos alimentos contribui na contaminação, tornando assim importante a realização do controle de qualidade dos alimentos previsto na Legislação sobre boas práticas de fabricação - BPF.

A questão da qualidade dos alimentos é importante, na medida em que a segurança nutricional se incrementa no conceito de segurança alimentar. Ou seja, que todos os cidadãos consumam alimentos seguros que satisfaçam suas necessidades nutricionais, suas práticas e hábitos alimentares, promovendo sua saúde.

A evolução no conceito de segurança alimentar incorporar tanto os aspectos nutricionais quanto os aspectos sanitários, tendo pontos importantes como os alimentos seguros (não contaminado biologicamente ou quimicamente), a qualidade do alimento (biologicamente, nutricional, sanitária e tecnológica) e o balanceamento adequado da dieta, informações e opções culturais. Assim ainda adicionou e vinculou-se o princípio da soberania alimentar à Segurança Alimentar, ou seja, cada nação tem o direito de poder definir políticas que garantam a SAN de sua população, inclusive o direito de preservar os costumes alimentares tradicionais. Dessa forma, cada povo tem o direito em determinar o que vai produzir e consumir de alimentos (BRASIL, 2006).

Portanto, a intenção dessa pesquisa é verificar através da sistematização da distribuição da produção acadêmica a percepção dos estudos elaborados ao decorrer dos anos de 2010 a 2020 sobre segurança alimentar nas escolas públicas, através da articulação entre PNAE, EAN, alimentação escolar, alimentação e nutrição etc. Buscando responder essa questão tendo o principal objetivo fazer o levantamento da produção acadêmica publicada nas IFES/BA sobre segurança alimentar nas escolas públicas de 2010 a 2020. E a partir daí verificar os principais temas - dentro da segurança alimentar nas escolas públicas - estudado pelos pesquisadores; levantar os procedimentos metodológicos adotados; verificar a distribuição da produção

acadêmica ao longo da década estudada; verificar as possíveis diferenças ou similaridades nas produções de graduação e da pós-graduação.

A análise do material selecionado tomou como referência a categorização dos estudos de acordo com curso e programas, ano, unidade acadêmica, tipo de trabalho, autor segundo sexo, palavra-chave e objetivos, estudados pelos pesquisadores. Fazendo uma revisão de literatura sobre segurança alimentar e nutricional, verificando os aspectos teórico-metodológicos dos trabalhos acadêmicos. Tendo como base categorização da publicação acadêmica de Ramos et al (2013) sobre EAN.

Dessa forma, este trabalho visa pesquisar o perfil da produção acadêmica de (tcc, dissertações de mestrado e teses de doutorado) sobre segurança alimentar nas escolas públicas, publicada nas IFES/Bahia (UFRB/UFBA), entre 2010 a 2020. Contribuindo de alguma forma na produção de novos estudos acadêmicos sobre esse tema e por isso esse quase guia do que estudar.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Fazer o levantamento da produção acadêmica publicada nas IFES/BA sobre segurança alimentar nas escolas públicas de 2010 a 2020.

#### **2.1.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS**

- Verificar os principais temas - dentro da segurança alimentar nas escolas públicas - estudado pelos pesquisadores;
- Levantar os procedimentos metodológicos adotados;
- Verificar a distribuição da produção acadêmica ao longo da década estudada;
- Verificar as possíveis diferenças ou similaridades nas produções da graduação e da pós-graduação.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

De acordo com Costa (2016), os assuntos relacionados ao acesso de alimentos ganharam visibilidade na década de 1980, quando o conceito de segurança alimentar passou a ser analisado por meio de um enfoque multidimensional. No ano de 1996, na cúpula mundial de alimentação, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO, já abrangia a discussão acerca da segurança alimentar na

perspectiva do acesso, definindo-a como o direito a todas as pessoas terem acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

Essa definição de segurança alimentar representa um avanço na identificação dos problemas e na elaboração de políticas públicas nessa área, sendo analisada sob três perspectivas: disponibilidade, estabilidade e acesso. A disponibilidade representa a oferta de alimentos suficiente para atender às necessidades de consumo com o mínimo de importação. A estabilidade refere-se em diminuir a probabilidade do o consumo ser abaixo do nível desejado, devido às variações na oferta de alimentos. Enquanto o acesso está associado à capacidade de produzir os alimentos necessários ou comprá-los no mercado. (COSTA, 2016).

Ao decorrer dos anos nota –se que os avanços do marco conceitual estão ligados diretamente com a trajetória brasileira de SAN, melhoras na focalização dos problemas relativos a essa temática, questões relacionado à implementação de ações e do próprio marco legal, onde a alimentação adequada representa um direito assegurado pela Constituição Federal, o DHAA e que a poucos anos atrás se falava muito pouco sobre SAN e esse contexto vem mudando ao decorrer do tempo. Além disso Costa (2016), diz que a Lei Orgânica - LOSAN e os instrumentos de política - conselho nacional de segurança alimentar - CONSEA e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – SISAN, representam avanços na concepção e na implementação das políticas, programas e planos, que visam garantir a segurança alimentar. Assim, apesar desses avanços ocorridos, verifica-se dificuldades na implementação de alguns desses instrumentos de políticas, além da baixa atuação do Estado e a ineficácia em ações que também são importantes nessas áreas.

Ao decorrer da década de 90, com a criação do CONSEA e a efetivação de políticas públicas voltadas para essa área. As políticas de SAN passaram a envolver vários níveis da administração pública, conduzindo não só apenas as políticas agrárias, de produção agrícola e agroindustrial, mas também, abrangendo ações governamentais de controle de qualidade dos alimentos e incentivo a práticas alimentares saudáveis. Essa amplificação no conceito de segurança alimentar despertou no tema, ainda, a importância do controle de qualidade dos alimentos que garantisse o acesso a alimentos seguros, em condições adequadas ao seu aproveitamento. (SOUZA, 2013). Assim, nos estudos atuais verificamos que a SAN se enquadra em vários aspectos e juntamente com o PNAE, busca trazer para o âmbito escolar a EAN, capacitação, treinamentos,

formação não só para estudantes mais todos que estão presentes no meio escolar, principalmente as merendeiras que manipulam os alimentos.

Os avanços no debate e na institucionalização da política de segurança alimentar e nutricional foi um dos mais significativos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras nos últimos anos. Foi em torno de temas como o da fome, da possibilidade concreta e da urgência de sua superação, que o Brasil começou a criar os seus mais importantes programas de combate à pobreza, a exemplo da fome zero e o bolsa família. Nesta trajetória, o papel do CONSEA foi importante para que o país pudesse gestar de inovações que hoje nos identificam nesse cenário mundial. Através do comprometimento do Estado brasileiro com a universalização de políticas públicas de combate à pobreza e da garantia de acesso à alimentação, conseguimos melhorias significativas nas condições sociais da população, o que gerou impactos positivos na SAN no Brasil. Assim, pudemos fixar como meta o atendimento progressivo do DHAA, direito social básico reconhecido pela Constituição Federal. (CAISAN, 2011).

Segundo Pereira 2014, a SAN é um fato complexo, que abrange aspectos políticos, econômicos, ambientais, regionais, de saúde, entre outros (FREITAS & PENA, 2007), (PINSTRUPANDERSEN, 2009). Diante disso, o estudo aqui proposto, verificou uma vasta abrangência da SAN, contextualizando com vários temas além do meio escolar, PNAE, EAN, hábitos alimentares regionais, agricultura familiar, populações tradicionais, gestão municipal entre outros, no qual fazia uma interligação entre os mesmos. E devido a essa característica abrangente, e de caráter interdisciplinar, há grandes desafios em sua abordagem, levando em consideração que cada campo do conhecimento envolvido tem sua própria expectativa e perspectiva na compreensão desse conceito.

Dentre as áreas de abrangência da SAN, podemos citar estão (Brasil, 2006):

I – A ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V – A produção de conhecimento e o acesso à informação;

VI – A implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do país.

O PNAE é uma das mais antigas políticas públicas de alimentação e nutrição do País, e ao decorrer das décadas, vem sendo reformulado no que se refere aos seus princípios, operacionalização e diretrizes. Neste processo de mudanças, a alimentação escolar assumiu caráter pedagógico que não existia, entretanto, ainda é um grande desafio o fazer educação alimentar e nutricional - EAN e a perspectiva teórico-metodológica a ser adotada para custear as atividades educativas neste âmbito. (RAMOS, 2015).

### **3.1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

#### **3.1.2. Históricos e evolução**

No Brasil, a escola pública além de ser um espaço pedagógico de aprendizado, apresenta-se como um lugar de comer, bem-estar e promoção de saúde. A relação entre educandos, educadores, familiares e os demais membros da comunidade escolar, contribui para um ambiente dinâmico. (TANAJURA, 2011). Dessa forma, vem a necessidade e a importância de se obter uma alimentação escolar de qualidade e adequada.

Idealizado durante o período do Estado Novo no Governo Vargas, a alimentação escolar foi criada com a perspectiva de escoar a produção de trigo dos EUA, e imediatamente após a II Guerra Mundial. As experiências nas escolas financiadas pelo Governo Federal foram na capital da República, na cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois de alguns anos foi estendida por todo o país. (TANAJURA, 2011).

Na década de 1940 foram elaborados alguns planos para atender a alimentação escolar numa perspectiva nacional. Nesse mesmo período, foi criado o SAPS – serviço de alimentação da previdência social, em que a alimentação escolar ganhou espaço como uma política pública. Em 1952 a CNA- comissão nacional de alimentos elaborou

um plano de trabalho chamado a conjuntura alimentar e o problema da nutrição no Brasil que concebeu e estruturou a merenda escolar (SOBRAL; COSTA, 2008). (TANAJURA, 2011).

“Merenda escolar” é o termo usado no ambiente escolar tanto pelos estudantes quanto pelos funcionários para nomear a alimentação escolar. Essa denominação originou-se devido as preparações servidas inicialmente nas escolas serem alguns tipos de lanches que são servidos no meio da manhã ou da tarde, momento em que se merenda, na cultura brasileira (TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010). No entanto, alimentação escolar é o termo oficial que foi definido pela instituição PNAE como todos os alimentos que são oferecidos no ambiente escolar, independentemente da sua origem, durante o ano letivo. (BRASIL, 2009a). (TANAJURA, 2011).

Segundo Sousa 2013, a alimentação escolar é todo e qualquer alimento que é oferecido na escola, independentemente de onde seja sua origem, durante todo período letivo (BRASIL, 2009). No ensino público brasileiro, a alimentação escolar é fornecida pelo PNAE, no qual um dos seus princípios é o direito à alimentação nas unidades de ensino, garantindo dessa forma a segurança alimentar e nutricional dos estudantes que se encontram em vulnerabilidade social, conforme diz a Lei nº 11947 de 16 de junho de 2009. (BRASIL, 2009). O PNAE, tem uma importância gigantesca no que tange alimentação escolar, porém precisa se aperfeiçoar para que possa cumprir melhor seus princípios básicos, que diante das produções acadêmica aqui encontradas, há relatos sobre os déficits em seu plano de implementação como um todo, que necessita passar por uma manutenção visando melhores soluções.

O PNAE tem o objetivo principal de atender às necessidades nutricionais dos estudantes durante a permanência em sala de aula, e contribuir para o desenvolvimento, crescimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos alunos, assim como promover e estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes (BRASIL, 2009). (SOUZA, 2013).

Em muitos lugares deste país, a alimentação escolar representa o único alimento que os estudantes têm acesso, e que não têm oportunidade de consumir em suas realidades sociais, devido apresentarem rendas insuficientes. A proposta do PNAE visa atender os direitos humanos à alimentação adequada. Entretanto, nesses casos, de extrema pobreza, o programa passa a ter reconhecimento como uma política para atender a população mais carente. (TANAJURA, 2011).

O PNAE funciona por meio de transferência financeira, garantindo a alimentação escolar a todos os alunos da educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e a educação de jovens e adultos, que estejam matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Desta forma, é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de educação escolar e alimentar, e é o maior programa de alimentação em atividade no Brasil (TURPIN, 2008). (SOUZA, 2013).

Ao elaborar refeições de qualidade requer diversas etapas que se estendem desde os recursos financeiros utilizados até a distribuição da merenda escolar para os estudantes. Para oferecer uma alimentação de qualidade e saudável é preciso ter um planejamento de cardápio, compra de alimentos e condições adequadas de preparação. Essas preparações precisam respeitar os hábitos alimentares escolar e a regionais. Este planejamento é feito por nutricionista. Na elaboração das preparações servidas pelo PNAE cada função tem profissionais específicos, conhecidas como as merendeiras escolares. Normalmente são mulheres e desenvolvem atividades diversas associadas às preparações das refeições. (TANAJURA, 2011).

### 3.1.3 Diretrizes básicas da alimentação escolar

Trazemos aqui as diretrizes de alimentação escolar, importante para essa revisão de literatura, ao ponto que aborda sobre as temáticas voltadas para a segurança alimentar e nutricional que foi categorizada ao decorrer da pesquisa. Sendo assim de acordo o Art.3º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, as diretrizes básicas que norteiam a alimentação escolar são, (BRASIL, 2009):

- I. O emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II. A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

- III. A descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;
- IV. O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

O Art. 14º da Resolução nº32 de 10 de Agosto de 2006, nos diz que o cardápio da alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, será elaborado pelo nutricionista habilitado, onde deverá assumir a responsabilidade técnica do programa, com o acompanhamento do conselho de alimentação escolar - CAE, e ser programado, de modo a suprir no mínimo, 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e 15% para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, durante toda sua permanência em sala de aula. (BRASIL, 2006).

#### **4. EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E O DHAA**

A educação para SAN e o DHAA, faz um diálogo com as ações governamentais e a sociedade civil, em prol de direitos estabelecidos por lei, que busca medidas educativas sobre a temática, para que os indivíduos possam adotar hábitos saudáveis e que os programas envolvidos possam respeitar hábitos regionais, culturais, sociais e econômicos.

Dessa forma, aos olhos do Governo Federal, a educação voltada para a SAN e o DHAA, objetivam promover a adoção de escolhas e práticas alimentares saudáveis, que dialoguem com a cultura alimentar de cada região, grupos e o fortalecimento da população de direito para participação e mobilização social. Mesmo que os últimos anos tenham sido marcados pelo fortalecimento do diálogo entre movimentos sociais, sociedade civil e o Governo Federal, que ocorreu inicialmente através dos conselhos e das conferências de SAN, houve poucos avanços na institucionalização das políticas Inter setorial e continuada voltada para a educação sobre segurança alimentar e nutricional. (CAISAN, 2011).

Desde 2003, no âmbito do PNAE, o FNDE vem realizando ações educativas para a promoção da SAN e do DHAA, impactando em mais de 65.000 atores, como cozinheiros e docentes, conselheiros da alimentação escolar, gestores e nutricionistas. Para tanto, foram feitas parcerias com instituições de ensino superior, centros colaboradores em alimentação e nutrição do escolar – CECANES e com a FAO, entre outros. Dessa forma, foram estabelecidas diretrizes alimentares e instituídas ações de EAN, porém, se faz necessária a formação de um consenso em torno de ações que, efetivamente, influenciam a população para que escolham alimentos mais saudáveis.

## **5. CONSELHOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR**

Relacionamos aqui os principais conselhos, programas e política de segurança alimentar e nutricional no âmbito escolar, que faz ênfase na produção acadêmica sobre segurança alimentar nas escolas públicas da pesquisa em questão, em que na sistematização da distribuição da produção acadêmica realizada percebemos o quanto PNAE e a escola perpassa por uma interligação mais forte do que o próprio nome do programa traz, mas que precisa passar por uma revisão para ambas as demandas e assim poder obter efetividade ao implementar cada um o seu papel. Verificamos o quão importante é cada um desses programas como um todo, e ao mesmo tempo verificamos muitas lacunas em meio a cada um deles, ao não cumprimento de seus objetivos princípios e diretrizes que seria um direito constituído por lei. E por outro lado foi possível observar que alguns estudos visam a questão de capacitação, formação e treinamento tanto para o PNAE (nutricionistas), quanto para a escola (merendeiras, alunos e professores).

### **5.1 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar**

O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O Governo Federal repassa, aos Estados, Municípios e escolas Federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais, (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (FNDE).

O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos CAE, e também pelo fundo nacional de desenvolvimento da educação - FNDE, pelo

Tribunal de Contas da União - TCU, pela Controladoria Geral da União - CGU e pelo Ministério Público - MP. (FNDE).

São atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Vale destacar que o orçamento do PNAE beneficia milhões de estudantes brasileiros, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal. A escola beneficiária precisa estar cadastrada no censo escolar realizado pelo instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). As escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais, sem fins lucrativos, que atendam aos critérios estabelecidos na Resolução FNDE nº 26/2013 são consideradas integrantes da rede pública de ensino. (FNDE).

De acordo com a legislação estabelecida, e considerando as diversas dimensões que a SAN abarca, cabe ao PNAE, por meio da oferta da alimentação escolar, cumprir em seus diferentes níveis de execuções, ações que se voltem para este conceito. No nível municipal, tanto a entidade executora, quanto às unidades de produção da alimentação escolar devem atuar em atenção aos objetivos e a legislação estabelecidos para o programa, bem como se alinhar em relação às diretrizes da política nacional da SAN. (SOUZA, 2013).

#### 5.1.2 Princípios do PNAE

O Art. 2º da Resolução nº32 de 10 de agosto de 2006, traz os princípios do PNAE, (FNDE):

- I. A universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, o qual consiste na atenção aos alunos da educação infantil e ensino fundamental da rede pública de ensino;
- II. O respeito aos hábitos alimentares, considerados como tais, as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis;
- III. A equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em situação de insegurança alimentar;
- IV. A descentralização das ações, pelo compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar entre os entes federados, conforme disposto no art. 208 da Constituição Federal;

- V. A participação social no controle e acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.

#### 5.1.3 Diretrizes dos PNAE

O Art. 3º Resolução nº32 de 10 de agosto de 2006 traz as seguintes diretrizes do PNAE, (FNDE):

- I. O emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura e as tradições alimentares, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos em conformidade com a faixa etária, sexo e atividade física e o estado de saúde dos mesmos, inclusive os que necessitam de atenção específica;
- II. A aplicação de a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem;
- III. A promoção de ações educativas que perpassam transversalmente pelo currículo escolar, buscando garantir o estabelecido no inciso I deste artigo;
- IV. O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local.

O PNAE tem como objetivo principal atender as necessidades nutricionais dos estudantes durante a permanência em sala de aula, e contribuir para o desenvolvimento, crescimento, aprendizagem e o rendimento escolar dos alunos, assim como promover e estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes (BRASIL, 2009). O programa também visa contribuir para a diminuição da repetência, do absenteísmo, e da evasão escolar, dentro dos princípios da política de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2004), (SOUZA, 2013).

É importante observar que o cardápio escolar deve ser elaborado por um nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas, conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da Resolução nº 26/2013. (FNDE).

#### 5.1.4 CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

O CONSEA é um mecanismo de articulação entre governo e sociedade civil nas questões de diretrizes para as ações dentro da área da alimentação e nutrição. Instalado no dia 30 de janeiro de 2003, esse conselho tem caráter consultivo e assessoria o Presidente da República na formulação e elaboração de políticas e na definição de orientações para que o país assegure o DHAA. (FNDE).

#### 5.1.5 PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

De acordo com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, uma política de segurança alimentar e nutricional é um conjunto de ações elaboradas para assegurar a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, desenvolver e articular condições que permitam sua manutenção a longo prazo. É necessário o envolvimento tanto da sociedade civil organizada, nos seus diferentes setores ou áreas de ação saúde, educação, desenvolvimento social, meio ambiente, trabalho, agricultura, dentre outros, e em diferentes esferas de produção, controle de qualidade, comercialização, acesso e consumo. (BRASIL, 2006).

Além disso, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, diz que, uma política de segurança alimentar e nutricional avança em relação às ações e programas desenvolvidos por promover esses diferentes princípios: • intersetorialidade • ações conjuntas entre Estados e sociedade • equidade, superando as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas • Articulação entre orçamento e gestão • Abrangência e articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais.

Segundo câmara interministerial de segurança alimentar e nutricional - CAISAN, de 25 de agosto de 2010, foi assinado um Decreto nº 7.272, que instituiu a PNSAN e instituiu os parâmetros para a elaboração do primeiro PNSAN, abrindo uma nova etapa na construção do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional - SISAN, que tem como um dos principais desafios: a pactuação intersetorial no âmbito do Governo Federal, que inicia institucionalmente por meio desse primeiro plano, e com isso a descentralização do SISAN, que depende da aceitação formal dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao sistema e da elaboração dos planos estaduais, federais e municipais de SAN. Para dar continuidade à formulação deste sistema, faz-se necessário que os governos estaduais, federais e dos municípios façam sua aceitação ao SISAN. (CAISAN, 2011).

Portanto, devem cumprir os quesitos mínimos estabelecidos no art. 11, § 2º, do Decreto nº 7.272, quais sejam: (i) instituição de conselho estadual, distrital ou municipal

de segurança alimentar e nutricional, (ii) instituição de câmaras intersetoriais de segurança alimentar e nutricional, instância governamental e (iii) compromisso de elaboração do plano estadual, distrital ou municipal de segurança alimentar e nutricional, no prazo de um ano a partir da assinatura do termo de adesão ao SISAN. (CAISAN, 2011).

É fundamental que a instituição dos componentes estaduais, federais e municipais do SISAN, conselhos e câmaras intersetoriais se dê por meio de leis e que os decretos que regulamenta esses espaços observem sua natureza, composição e as atribuições de suas congêneres nacionais, considerando as particularidades de cada contexto. (CAISAN, 2011).

#### 5.1.6 Diretrizes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

Segundo o CAISAN (2011), ao instituir a política nacional de segurança alimentar e nutricional, o Decreto nº 7.272/2010 estabeleceu suas diretrizes:

Diretriz 1 – Promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável, com Prioridade para as Famílias e Pessoas em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional;

Diretriz 2 – Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos;

Diretriz 3 – Instituição de Processos Permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa e Formação nas Áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada;

Diretriz 4 - Promoção, Universalização e Coordenação das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional Voltadas para Quilombolas e demais Povos e Comunidades Tradicionais de que Trata o Decreto nº 6.040/2007 e Povos Indígenas;

Diretriz 5 - Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional;

Diretriz 6 - Promoção do Acesso Universal à Água de Qualidade e em Quantidade Suficiente, com Prioridade para as Famílias em Situação de Insegurança Hídrica e para a Produção de Alimentos da Agricultura Familiar, Pesca e Aquicultura;

Diretriz 7 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais;

Diretriz 8 – Monitoramento da Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

#### 5.1.7 SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Através do SISAN, os órgãos governamentais das três esferas de governo e as organizações da sociedade civil irão atuar em conjunto na elaboração e implementação de políticas e ações de combate à fome e da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, e no acompanhamento monitoramento e avaliação da situação nutricional de toda população, definindo os direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade em geral. A participação no SISAN deverá obedecer aos princípios e às diretrizes e será definida a partir dos critérios estabelecidos pelo CONSEA e pelo CAISAN. (Brasil, 2006)

O SISAN tem como base as seguintes diretrizes art.9º, (BRASIL, 2006): promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais; descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo; monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo; conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população; articulação entre orçamento e gestão; e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.

#### 5.1.8 CAE- Conselho de Alimentação Escolar

Os conselheiros, cuja atuação está regulamentada pela Lei 11.947/2009 e pela Resolução FNDE 26/2013, são importantes agentes no controle desse programa, sendo muitas vezes a principal fonte de informação em relação à ineficiência e/ou irregularidades na utilização dos recursos destinados à alimentação escolar. Tamanha é a importância dos conselhos que o recurso do PNAE somente pode ser repassado às entidades executoras que possuem o CAE em funcionamento.

### 5.1.9 Competências do CAE

Segundo o Art. 19, compete ao CAE:

I - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - Receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

## 6. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza descritiva, é um tipo de pesquisa básica no qual investiga um assunto já existente, baseado em assuntos teóricos, em que foram utilizados trabalhos acadêmicos como tcc, mestrado e doutorado, que abordam o tema segurança alimentar e nutricional. O procedimento de coleta, foi através de pesquisas bibliográficas, com abordagem qualitativa e quantitativa, relacionando os dados para interpretação.

O objetivo geral deste trabalho foi fazer o levantamento da produção acadêmica publicada nas IFES/BA, sobre segurança alimentar nas escolas públicas entre 2010-2020. Tendo como os objetivos específicos verificar os principais temas - dentro da segurança alimentar nas escolas públicas - estudado pelos pesquisadores; levantar os procedimentos metodológicos adotados; verificar se há linearidade nos principais temas estudados ou se há mudanças nos temas ao longo do período; verificar a distribuição da produção acadêmica ao longo da década estudada, e verificar as possíveis diferenças ou similaridades nas produções de graduação e da pós-graduação. E a pergunta de pesquisa, o que é produzido nas IFES/BA sobre segurança alimentar nas escolas públicas entre 2010-2020?

Inicialmente começamos fazendo uma pesquisa no portal do Capes e o google acadêmico, sobre segurança alimentar e nutricional, no ano de 2010 a 2020, logo em seguida decidimos pesquisar apenas no repositório digital das IFES/BA. Nos repositórios as pesquisas foram feitas através de palavras-chave a exemplo de: segurança alimentar, alimentação escolar, saúde alimentar, educação alimentar.

No começo houve uma certa dificuldade em encontrar trabalhos acadêmicos com o tema SAN, foram poucos os que achamos durante as pesquisas, e nestes os próprios autores relataram também a dificuldade de encontrar publicações com esse tema, mesmo sendo algo muito importante no âmbito escolar, como para a população em geral. Antes do ano 2009 não existiam tantos trabalhos acadêmicos com o tema SAN, especificamente na área escolar, isso se deu devido às poucas referências sobre alimentação e nutrição. Antigamente eram mais conferências, debates e fóruns. Mas com o passar dos anos essa temática tem aumentado bastante e as publicações seguindo o mesmo ritmo.

Ao entrar no repositório institucional das seguintes universidades: UFBA, UFRB, UFOB, UFSB e UNIVASF. Pudemos perceber que apenas na UFBA e UFRB teria os trabalhos acadêmicos para essa pesquisa, com recorte do ano de 2010 a 2020. Verifiquei se os trabalhos das universidades citadas acima eram os mesmo que encontrei no portal do Capes quando ainda estava fazendo as pesquisas através dele. Porém alguns textos não se encontravam no portal do capes, devido a isso ficamos apenas com os repositórios das universidades em questão, por ser mais seguro.

Após encontrar os textos, iniciei fazendo as leituras e também os fichamentos da maioria dos textos, e em seguida os cataloguei. Para que assim pudesse separar os que iríamos utilizar, encontramos vários artigos mais excluímos, ficamos apenas com monografia, dissertação e tese. Levando em consideração que a dissertação foi o que mais sobressaiu em meio às buscas, as monografias e teses foram encontradas em uma quantidade menor.

Com as leituras dos textos e fichamento, baseamos nossa pesquisa, em estudos de autores como: Flávia Ramos pascoal, Saul Carlos dos santos, Janaína Braga de Paiva, Eglá Ray Passo Costa, Marlus Henrique Queiroz Pereira, entre outros autores que também elaboraram produções acadêmicas pertinentes sobre o tema aqui abordado.

Com os textos catalogados, decidimos produzir uma tabela categorizando os principais pontos dos textos encontrados a exemplo: título, autor, ano, unidade acadêmica, curso, tipo de trabalho, palavra – chave, nível, objetivo, principais resultados e conclusão. Dessa forma, foi possível contabilizar quantos trabalhos acadêmicos iremos utilizar e decidimos após os recortes ficar com 28 textos.

A partir daí, construímos uma segunda tabela, fazendo um recorte dos, principais pontos encontrados na primeira tabela, que foram:

- a) Graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado): Nessa parte categorizamos todos os cursos e programas utilizados nas produções acadêmicas, dessa forma foi possível verificar os programas mais utilizados e os menos utilizados;
- b) Autor segundo sexo: No que se refere ao sexo feminino e masculino, pudemos observar quem produz mais trabalhos acadêmicos na área;
- c) Ano: Na questão dos anos de publicações, levando em consideração que o trabalho desenvolvido foi de 2010 a 2020, verificamos os anos que não tem publicações nenhuma, e os que tiveram mais ou menos publicações;
- d) Unidade acadêmica: Aqui destacamos as universidades onde foram encontrados os trabalhos acadêmicos, que de 5 universidades das IFES/BA, apenas duas foram encontradas as publicações;
- e) Tipo de trabalho: Aqui pudemos observar os tipos de trabalhos acadêmicos mais utilizados, através do trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado;
- f) Palavra-chave: Verificamos nas 28 produções acadêmicas quais as palavras-chaves mais utilizadas pelos autores;
- g) Objetivo: verificamos que os objetivos das produções acadêmicas têm muito em comum, como por exemplo, alguns focam em avaliação, outros em fazer análises, outros já focam em fazer formação, treinamento capacitação, outros já visam fazer algum tipo de projeto, etc;
- h) Estudos práticos/ teóricos: Aqui selecionamos os estudos que foram práticos ou teóricos, podendo observar as diferenças e similaridades de ambos;

Com esse processo vamos chegando aos objetivos do trabalho, podendo verificar os principais temas encontrados, levantar os procedimentos metodológicos adotados, verificar se há linearidade nos principais temas estudados ou se há mudanças nos temas ao longo do período, verificar a distribuição acadêmica ao longo do período e verificar as possíveis diferenças ou similaridade nas produções.

A partir de então, foram construídos 3 gráficos e 7 quadros através dos dados coletados da segunda tabela produzida, podendo assim fazer um levantamento quantitativo.

Os dados analisados foram convertidos em gráficos e quadros, como foi citado acima para melhor entendimento e visualização. Assim, os dados foram alinhados e

interpretados, para que pudessem constatar o perfil dos trabalhos acadêmicos, sobre segurança alimentar e nutricional nas universidades.

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verificamos os principais temas dentro da segurança alimentar nas escolas públicas, estudado pelos pesquisadores. Dessa forma com o tema segurança alimentar e nutricional foi possível fazer uma distribuição dos temas em um primeiro quadro e sistematizar por curso e programas, ano, unidade acadêmica, tipo de trabalho, autor segundo sexo, palavra-chave e objetivos, estudados pelos pesquisadores. A distribuição e sistematização do tema está representada no (Quadro 8), (Anexo B), no qual a maioria dos estudos eram voltados para o próprio tema segurança alimentar.

Os principais procedimentos metodológicos adotados nas pesquisas foram os citados no (Quadro 4) abaixo. Ultrapassa o número de trabalho encontrados, devido algumas das publicações obterem dois artigos e outras adotarem mais de um procedimento. Através do quadro é possível observar que há uma distribuição padrão, os objetivos principais dos estudos pesquisados, eram focados em 8 deles fazer análises, 5 deles fazer avaliação e 4 deles focam em fazer algum tipo de prática. Dessa forma, a maioria dos estudos visa fazer análise ou avaliação sobre o tema SAN.

Quadro 4 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, procedimento metodológico, de 2010 a 2020.

<b>Procedimento Metodológico</b>	
<b>Método</b>	<b>Quantidade</b>
Acepções	3
Avaliação	5
Formação	2
Treinamento	1
Análise	8
Experiência interdisciplinar	1
Pesquisa bibliográfica	2
Levantamento	1
Identificação	2
Investigação	2
Reflexões	1
Aplicação de protocolo	1
Promoção	1
Práticas pedagógicas, agrícola, merendeira e cotidiano	4

Discussões	2
------------	---

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

Foi possível verificar a distribuição da produção acadêmica ao longo da década estudada, levando em consideração o período estudado de 2010 a 2020, observamos no (*Quadro 6*) abaixo, que há uma distribuição padrão dos anos pesquisados, alguns anos apresentados, tem 2 estudos e outros tem 5, 2013 teve a concentração maior de publicações. Ressaltando que o ano de 2010 e 2020 especificamente não foram encontrados nenhum estudo pertinentes de trabalhos acadêmicos que pudessem ser utilizados nessa pesquisa. Com tudo, os estudos encontrados foram de 2011 a 2019.

Quadro 6- Distribuição dos trabalhos acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, período de pesquisa de 2010 a 2020.

<b>Período de pesquisa</b>	
<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
2010	0
2011	3
2012	2
2013	5
2014	4
2015	2
2016	4
2017	2
2018	2
2019	4
2020	0

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

Verificamos as possíveis diferenças ou similaridades nas produções de graduação e da pós-graduação. Foi possível observar e é importante ressaltar a questão do modelo de pós-graduação na área de saúde, que traz um modelo com 2 artigos para mestrado e 4 para doutorado, que gera uma produção parte prática e outra teórica em um mesmo estudo, é um estudo, mas que é um modelo específico da área de saúde.

Quadro 7- Distribuição dos trabalhos acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação produzidos nas Ifes-ba, sobre segurança alimentar e nutricional, tipos de estudos, de 2010 a 2020.

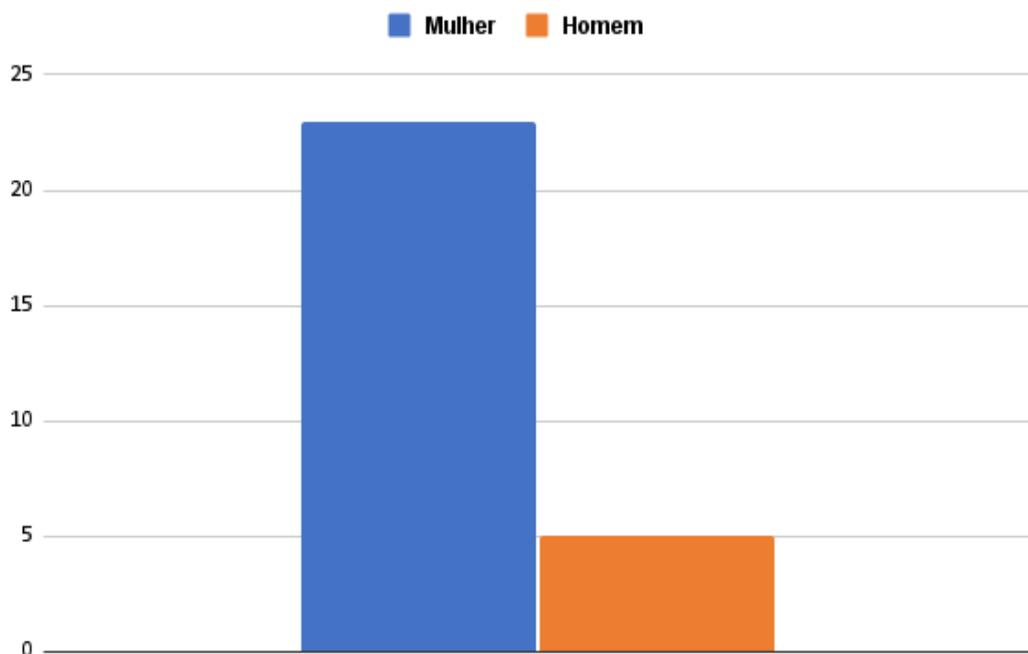
<b>Tipo de estudo</b>	
<b>Estudo</b>	<b>Quantidade</b>
Práticos	15
Teóricos	13

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

Uma outra similaridade encontrada foram os estudos práticos e teóricos, apresentados no (Quadro 7) acima. No qual foram contabilizados os estudos práticos e teóricos, dos trabalhos pesquisados, os estudos práticos obtiveram 15 produções acadêmicas encontradas, e os teóricos 13, havendo uma distribuição padrão entre os trabalhos pesquisados, devido à pouca diferença entre a quantidade de ambos os estudos encontrados.

Ambas produções focam em fazer análises, avaliações e ir ao campus. A maioria dos estudos tanto de graduação como pós-graduação, são produzidos pelo gênero do sexo feminino, como representa o (gráfico 2) abaixo, há uma distribuição significativa dos períodos estudados.

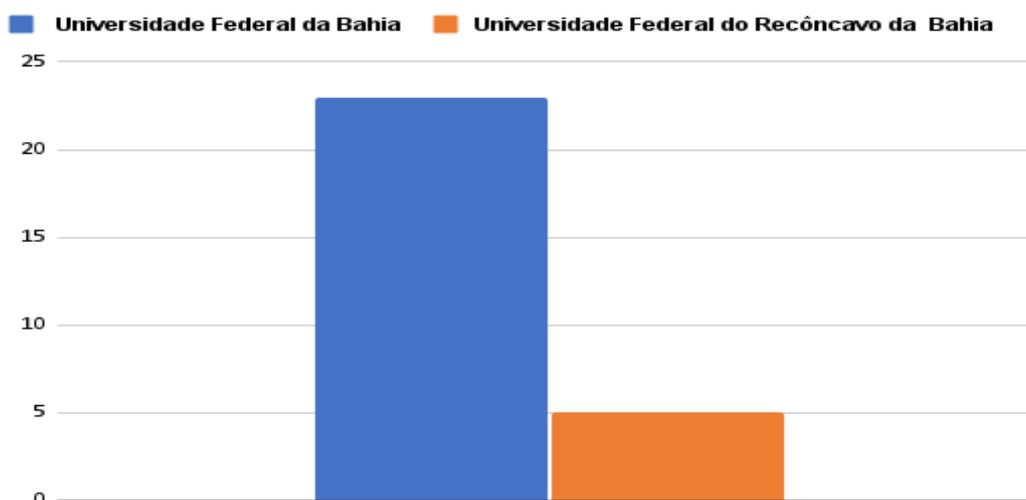
Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas Ifes-ba, sobre segurança alimentar e nutricional, autor segundo sexo de 2010 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

Foi possível observar que dos 28 estudos encontrados, 23 deles foram produzidos pelo gênero do sexo feminino, e apenas 5 dos estudos foram produzidos pelo gênero do sexo masculino. Temos uma quantidade significativa de trabalhos com autoria feminina comparado com os de autoria masculina, não havendo distribuição padrão.

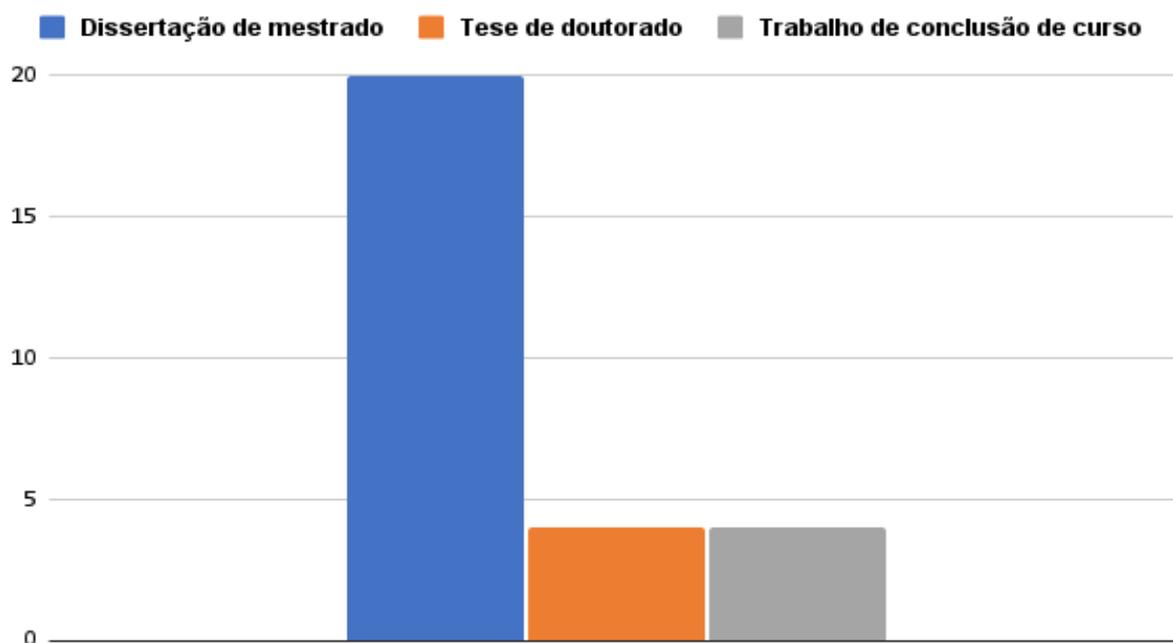
Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas Ifes-ba, sobre segurança alimentar e nutricional, unidade acadêmica de 2010 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

O (Gráfico 3), acima, corresponde às Instituição Federal de Ensino Superior - IFES-BA, em que foram pesquisados os estudos. Podemos observar que a Universidade Federal da Bahia - UFBA foi a universidade que obteve uma quantidade de 23 publicações encontradas durante as pesquisas, sendo encontrado nela a maior parte dos estudos relacionados a dissertação de mestrado. Já a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, que obteve uma quantidade de 5 estudos encontrados.

Gráfico 1- Distribuição dos tipos de trabalhos acadêmicos produzidos nas Ifes-ba, sobre segurança alimentar e nutricional, no período de 2010 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

No (Gráfico 1), está relacionado os tipos de trabalho que foram investigados e a quantidade de produções acadêmicas encontrados durante as pesquisas, dissertação de mestrado foram encontrados 20 estudos acadêmicos, tese de doutorado foram encontrados 4 estudos com o tema. O trabalho de conclusão de curso obteve uma quantidade de 4 estudos encontrados.

Quadro 1 – Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional nos cursos de graduação de 2010 a 2020.

<b>Graduação</b>	
<b>Curso</b>	<b>Quantidade</b>
Curso de licenciatura em biologia	3
Curso tecnologia em gestão de cooperativas	1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

Como mostra o (Quadro 1), o curso de graduação não obteve uma distribuição considerável em quantidades de publicações, foram encontrados apenas 3 cursos de Licenciatura em Biologia e 1 em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, que trabalham com o tema segurança alimentar e nutricional.

Quadro 2 – Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional nos programas de Pós-Graduação (Mestrado), de 2010 a 2020.

<b>Programa de Pós-Graduação</b>	
<b>Mestrado</b>	<b>Quantidade</b>
Pós-Graduação em ciências sociais	1
Pós-Graduação em economia	1
Pós-Graduação em ciências de alimentos	1
Pós-Graduação em saúde, ambiente e trabalho	1
Pós-Graduação em ciências sociais, cultura, desigualdade e desenvolvimento	1
Mestrado Profissional em educação, currículo, linguagens e inovação pedagógica	1
Pós-Graduação em alimentos, nutrição e saúde	14

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

O (Quadro 2), corresponde a distribuição dos trabalhos acadêmicos de Pós-Graduação de mestrado em diversas áreas distintas. No qual podemos analisar que durante as pesquisas dos textos para elaborar essa revisão de literatura, foram

encontrados 7 distintos Programas de Pós-Graduação, abordando diferentes contextos sobre SAN, a maioria das publicações encontradas foram do Programa de Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde que obteve uma quantidade de 14 estudos publicados, os demais programas foram encontrados apenas 1 publicação de cada relacionado ao tema SAN.

Quadro 3- Distribuição dos trabalhos acadêmicos produzidos nas Ifes-ba, sobre segurança alimentar e nutricional nos programas de Pós-Graduação (Doutorado), de 2010 a 2020.

<b>Pós-Graduação</b>	
<b>Doutorado</b>	<b>Quantidade</b>
Doutorado multistitucional e multidisciplinar em difusão do conhecimento	3
Pós-Graduação em saúde coletiva	1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

No (Quadro 3), observamos os programas de pós-graduação em doutorado, no qual nas pesquisas foram encontrados apenas 2 programas que abordava sobre o tema SAN, um é o Programa de Pós-Graduação em Doutorado Multistitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento com 3 produções encontradas, e o outro é o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva com apenas 1 produção.

De acordo com as palavras-chaves apresentadas no (Quadro 5), (Anexo 1.1), as publicações das produções acadêmicas, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado, obteve uma distribuição padrão considerável. As principais palavras encontradas em ambos os trabalhos foram a SAN, alimentação escolar e EAN, alimentação e nutrição, agricultura familiar e avaliação. As demais palavras-chaves, citadas no quadro, apareceram algumas 1, 2 ou 3 vezes.

Verificamos nas produções acadêmicas que o PNAE aparece pouco nas palavras-chaves, porém aparece bastante nos títulos e na contextualização desses trabalhos. O PNAE é um programa de alimentação escolar, e tem ênfase em vários assuntos pertinentes como, escola, capacitação, gestão municipal, populações tradicionais, entre outros. Abaixo estão apenas alguns desses assuntos entrelaçados:

a) PNAE, escola e alimentação escolar: Alguns estudos são voltados para o ensino de educação alimentar e nutricional, a preocupação com alimentação dos alunos, práticas de como se obter uma alimentação saudável, ensinando isso tanto para os alunos, quanto para as merendeiras e professores, os responsáveis por esses ensinamentos deve ser os nutricionistas do PNAE, assim como o cardápio semanal

da alimentação escolar é de responsabilidade deles também. E também pode ser a capacidade de produzir menos resíduos sólidos, na produção da alimentação nas escolas;

- b) Escola e PNAE: Nesses estudos há uma preocupação com a alimentação segura e saudável, e também existe essa preocupação fora das escolas, no qual todos têm o direito a uma alimentação segura e adequada, que seja de qualidade e quantidade suficiente para todos. Tem muito a ver com currículo por ser desempenhado de forma mais dialógica e menos tradicional, tem uma relação mais próxima com as pessoas;
- c) PNAE e agricultura familiar: Existe demandas no processo de aquisição de alimentos, atrasos no pagamento, pedidos fora da época da colheita, atrasos nas entregas, falta de articulação entre os programas de alimentação escolar, com as organizações e secretarias. Por vez, ajuda na economia e desenvolvimento local gerando trabalho e renda e por outro lado existe um déficit entre os órgãos responsáveis, falta articulação e planejamento.
- d) População tradicional (indígenas, quilombo e terreiros) e PNAE: Esses estudos são voltados à questão da segurança alimentar junto aos povos tradicionais, analisando os hábitos alimentares e regionais. Verificam se eles estão sofrendo insegurança alimentar, se a comida do PNAE respeita a alimentação local e hábitos locais e há uma discussão com o respeito dos costumes locais;
- e) PNAE e gestão municipal: Alguns estudos focaram na implementação municipal, procurando entender o PNAE dentro da gestão municipal, verificando se o que acontece no município no âmbito da A&N tem a ver com o PNAE. Verificam também se a norma nacional bate com a municipal, e se preocupam em ver se os municípios têm desenvolvimento científico local, se tem desempenho do PNAE no município;
- f) PNAE, escola e capacitação: Estudos preocupados com capacitação voltados para escolas, o nutricionista do PNAE verifica o nível de conhecimento dos manipuladores de alimentos e demais pessoas da escola. A necessidade de capacitação de pessoal nas escolas, formação, treinamentos. E Implementação de novas abordagens que possam promover melhorias na segurança alimentar e nutricional.

A distribuição da produção acadêmica aqui pesquisada, mostrou que não há sempre uma distribuição padrão em todos os termos pesquisados, há algumas lacunas, há dificuldades em encontrar textos com o tema e os anos aqui propostos. Isso se dá devido às poucas publicações sobre SAN nos últimos anos, o tema começou a ser estudado melhor a partir de 2009 e de lá para cá houve um aumento de publicações, porém ainda não suficiente para um tema que é tão importante para a população.

Durante a busca da produção acadêmica sobre SAN, foi possível observar a dificuldade em encontrar estudos publicados sobre esse tema. O que surpreende devido o tema ser tão importante e abrangente. Ramos et al (2013), relata também em sua revisão de literatura o baixo número de publicações sobre EAN, em específico para os escolares. Esse fato pode estar interligado ao lugar em que o tema SAN e EAN tem historicamente ocupado no campo dos acadêmicos-científicos e das políticas públicas. Ele ainda ressalta que a partir de 2009 houve uma ênfase nos estudos com essas temáticas, o que antes era difícil, isso acabou contribuindo para o aumento do interesse sobre os temas.

Ainda ressalta Ramos et al (2013), em sua publicação sobre o campo da EAN, no qual esse presente estudo sobre a SAN, também foca, pude perceber que o campo da SAN necessita de métodos mais aperfeiçoados e aprofundados, que der conta dessa subjetividade que perpassa o processo educativo e os fatores que cerca as histórias de vida, valores presentes na aprendizagem alimentar e segurança culturalmente construída.

A maioria dos estudos aqui pesquisados se preocupavam com processos que proporcionam a participação dos alunos, merendeira, professores e demais funcionários, Ramos et al (2013), traz essa perspectiva sinalizando que é importante o processo de educação nutricional em despertar no indivíduo interesse pela alteração de seus hábitos alimentares levando em consideração suas crenças, cultura e costumes.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos aqui pesquisados mostraram que a segurança alimentar e nutricional é um tema muito abrangente e dentro dele podemos sistematizar inúmeras abordagens envolventes como EAN, PNAE, alimentação escolar, saúde alimentar, A&N, agricultura familiar, insegurança alimentar e vários outros.

No âmbito das escolas públicas a SAN, obteve uma quantidade de produção acadêmica pertinente, porém ainda pouca, que buscava ampliar os conhecimentos locais, tradicionais, técnicos etc. Alguns autores visavam implementar esses conhecimentos através de capacitação, formações, treinamentos e projeto de intervenção ou interdisciplinar de (merendeiras, alunos e demais funcionários).

Através da categorização dos estudos aqui encontrados, relacionado ao tema segurança alimentar e nutricional nas escolas, verificamos que abrange um contexto que não fica em círculo fechado, perpassa além da escola, permeia estudos envolvendo o PNAE e a SAN em âmbito municipal, população tradicionais, agricultura familiar e várias outras ligações importantes do PNAE e a SAN com ênfase em determinado assunto.

Dessa forma conclui-se, que a segurança alimentar e nutricional nas escolas públicas é importante, mais precisa passar por adaptações, capacitar melhor as merendeiras, os nutricionistas e o PNAE cumprir melhor suas demandas, para que dessa forma se tenha uma alimentação escolar totalmente de qualidade e sem riscos para os estudantes e todos que tiverem acesso a ela, dentro ou fora do âmbito escolar, já que a lei de segurança alimentar e nutricional diz que todos têm direito ao acesso a uma alimentação adequada em quantidade e qualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN, com vista em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, Brasília, 2006. Acesso 03 de Abril de 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 32, de 10 de agosto de 2006.** Dispõe sobre normas para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. Brasília: DF, 2006. Disponível:<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3106-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-32-de-10-de-agosto-de-2006> Acesso em 06 de maio de 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília: DF, 2009. Disponível: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009> Acesso em 06 de maio de 2021.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** -- Brasília, DF: CAISAN, 2011. Acesso em 01 de abril de 2020.

COSTA, Eglá Ray Passos. **A trajetória das ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise da atuação do Estado à luz da teoria de Poulantzas.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2016. Acesso em: 03 de junho de 2020.

**FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013.** Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNAE) - Conteúdo do Portal do FNDE. Disponível: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae> Acesso em 06 de maio de 2021.

PEREIRA; Marlus Henrique Queiroz. **Segurança Alimentar e Nutricional: Aperfeiçoamento de um Protocolo de Indicadores para Avaliação em âmbito Local.** 2014.

Dissertação de (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde – Escola de Nutrição – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. Acesso em 23 de maio de 2020.

RAMOS, Flávia Pascoal. **Acepções e práticas de educação alimentar e nutricional no âmbito escolar.** 2015. Dissertação de (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. Acesso em 14 de junho de 2020.

RAMOS, Flávia Pascoal et al. **Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura.** Escola de Nutrição - Universidade Federal da Bahia. Salvador. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(11):2147-2161, nov, 2013.

SOUZA, Karina Lavínia Pitta do Carmo Régis de. **O programa nacional de alimentação escolar em comunidades indígenas de Porto Seguro- BA: um estudo na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.** 2013. Dissertação de (Mestrado) – Faculdade de Farmácia, Universidade Federal da Bahia. Acesso em: 03 de junho de 2020.

TANAJURA, Indira Menezes Pinto de Castro Tanajura. **Acepções de merendeiras sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar em um bairro de Salvador, Bahia.** 91 f. il. 2011. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

## ANEXO A

Quadro 5- Distribuição dos trabalhos acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional, palavras-chaves, de 2010 a 2020.

<b>Palavras-chaves</b>	
<b>Palavras encontradas</b>	<b>Quantidade</b>
Segurança alimentar e nutricional	12
Segurança do alimento	2
Alimentação escolar	9
Alimentação e nutrição	4
Indicadores	3
Nutricionista	2
Avaliação\programas\projetos	4
Agricultura familiar	4
PNAE	3
Políticas públicas	2
Qualidade nutricional	1
Qualidade higiênica sanitária	1
Associativismo	1
Mercado institucional	1
Fome	1
Programa bolsa família	1
Intersecção	1
Práticas pedagógicas	1
Horta escolar	1
Sustentabilidade	2
Educação ambiental	1
Resíduos sólidos	1
Merenda escolar	1
Terreiro de candomblé	1
Ubuntu	1
População negra	1
Emancipação	1
Participação	1
Pesquisa-ação	1
Alimentação saudável	1
Consciência alimentar	1
Soberania alimentar	1
DHAA	1
Alimentação adequada e saudável	1
Agentes comunitários de saúde	1
Método Paulo Freire	1
Intersetorialidade	1
Formação profissional	1

Saúde do trabalhador	1
Saúde da mulher	1
Qualidade microbiológica	1
Estudo de casos	1
Alimentação coletiva	1
Aceitação	1
Comunidade tradicionais indígenas	1
Estado	1
Classe dominante	1
Bloco no poder	1
Narrativas orais	1
Tradições alimentares	1
Direito humano	1
Pesquisa bibliográfica	1
Ensino fundamental	1
Interdisciplinaridade	1
Temas transversais	2
Programa de nutrição	1
Educação em saúde	1
Manipuladores	1
Treinamento	1
Estafilococo	1
Pedagogia de projetos	1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, (2022)

## ANEXO B

Quadro 8 – Sistematização e categorização dos trabalhos acadêmicos, produzidos nas IFES-BA, sobre segurança alimentar e nutricional de 2010 a 2020.

Caracterização dos estudos								Metodologia dos estudos	Resultado	
Título	Autor	Ano	Unidade acadêmica	Curso	Tipo de trabalho	Palavra-chave	Nível	Objetivo	Principais resultados	Conclusão
Educação alimentar e nutricional: análise de um projeto interdisciplinar no ensino fundamental de uma escola pública de Salvador - Bahia	Amélia Borba Costa Reis	2014	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em Alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Educação Alimentar e Nutricional. Interdisciplinaridade. Ensino Fundamental. Alimentação e Nutrição. Pedagogia de Projetos. Temas Transversais. Fundamental	Mestrado	O trabalho de conclusão de mestrado originou dois artigos. O primeiro objetivou descrever e analisar a experiência do projeto interdisciplinar com o tema A&N desenvolvido no currículo	Os resultados apontaram para a formulação de uma abordagem que requer investimentos para minimizar o modelo disciplinar historicamente abordagem	O desenvolvimento do projeto promoveu uma interação universidade-comunidade, unindo pesquisa e extensão, resultando em um produto

						I. Alimentação e Nutrição. Pedagogia de Projetos. Temas Transversais .		de uma escola pública de ensino fundamental, destacando seus limites e possibilidades ; e o segundo artigo buscou compreender as aceções de docentes envolvidos nesse projeto quanto à inclusão do tema A&N no currículo escolar.	que requer investimentos para minimizar o modelo disciplinar historicamente estabelecido para o estudo da A&N, o que pode otimizar a aprendizagem tanto desse tema quanto de conteúdos curriculares disciplinares . Percebeu-se que entre os sujeitos da escola e a equipe proponente, a desconfiança inicialmente estabelecida foi, aos poucos, sendo suavizada, cedendo espaço para uma maior aproximação	metodológico que pode ser reformulado e desenvolvido em outras realidades.	
2	Segurança dos Alimentos: avaliação do nível de conhecimento, atitudes e práticas dos manipuladores de alimentos na rede municipal de ensino de Camaçari-BA conhecimento, atitudes e práticas	Lilian Santos Soares	2011	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Segurança do alimento; manipuladores de alimentos; treinamento, estafilococos.	Mestrado	Avaliar o nível de conhecimento, atitudes e práticas em segurança dos alimentos dos manipuladores de alimentos da rede municipal de ensino de Camaçari/BA para subsidiar ações de formação e treinamento com objetivo de garantir	O conhecimento não foi traduzido em boas práticas de manipulação dos alimentos, evidenciando a necessidade de rever o modelo de treinamento adotado e implantação de novas abordagens que possam promover	Os níveis de conhecimento, atitudes e práticas auferidos através das entrevistas com os manipuladores não se traduziram em uma higienização segura das mãos dos mesmos. - A ocorrência de estafilococos coagulase positiva nas

<p>dos manipuladores de alimentos na rede municipal de ensino de Camaçari-BA</p>								<p>uma efetiva práticas de manipulação dos alimentos, evidenciando a necessidade de rever o modelo de treinamento adotado e implantação de novas abordagens que possam promover uma efetiva melhoria da segurança alimentar.</p>	<p>mãos dos manipuladores demonstra falhas na produção da alimentação nas escolas investigadas e pode constituir-se em risco de DVA. - Os resultados apontam para a necessidade de monitoramento constante dos Pontos Críticos de Controle no preparo das refeições, e a realização de análises microbiológicas em Pontos Críticos de Controle no preparo das refeições, e a realização de análises microbiológicas em frequência pré-determinada para evitar a perda de controle ou desvio dos critérios estabelecidos para controlar os perigos.</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

3	Participação e efetividade no conselho de segurança alimentar e nutricional do Brasil	Saul Carlos dos Santos	2016	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em ciências sociais	Dissertação	Segurança Alimentar e Nutricional, Participação, Efetividade.	Mestrado	Verificar a efetividade do CONSEA, entendida como a capacidade do Conselho de exercer influência ou controle social sobre o fluxo de decisões que ocorrem no âmbito do sistema político, no âmbito do sistema político, sobretudo no Executivo e Legislativo. Para isso recorreremos sobretudo no Executivo e Legislativo. Para isso recorreremos à análise documental das atas e dos pareceres do CONSEA com o propósito de apurar se existem pareceres do CONSEA com o propósito de apurar se existe uma correspondência entre as demandas do Conselho e as decisões que são tomadas nestas esferas políticas.	De um modo geral esses documentos indicam que o CONSEA tem tido pouco sucesso em democratizar o sistema representativo na medida em que não pouco sucesso em democratizar o sistema representativo na medida em que não tem conseguido exercer uma influência incisiva no posicionamento do Executivo ou no trâmite de legislações que afetam a área de segurança alimentar no âmbito do Legislativo.	Deste modo, após a análise das atas e dos pareceres do CONSEA, concluímos que existe pouca correspondência entre as demandas que surgem no âmbito da instituição participativa de SAN e o curso das decisões que ocorrem no sistema político tradicional. O conselho, portanto, é muito pouco efetivo, na medida em que não consegue exercer controle social sobre as ações estatais que afetam a área de segurança alimentar.
---	---	------------------------	------	------------------------------------	-----------------------------------	-------------	---	----------	--	---	--

4	Acepções e práticas de educação alimentares e nutricional no âmbito escolar	Flavia Pascoal Ramos	2015	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, nutricionistas, educação em saúde	Mestrado	O presente estudo teve como objetivo compreender as acepções que os nutricionistas atuantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar atribuem à educação alimentar e nutricional em um município brasileiro.	As ações de EAN são frequentemente desenvolvidas no município estudado, embora não haja articulações intersetoriais e interdisciplinar solidificadas, em torno das ações. Soma-se a isso que as estratégias educativas são desenvolvidas tendo como base a perspectiva tradicional da educação.	Conclui-se, por fim, que formações em EAN envolvendo toda comunidade escolar podem contribuir para o aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito do PNAE bem como para ampliação da compreensão do tema da alimentação e nutrição.
5	Desenvolvimento e aplicação de um protocolo para avaliação do programa nacional de alimentação escolar em âmbito municipal.	Flavia Verônica Marques Calasans	2013	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Programas de nutrição, alimentação escolar, avaliação de programas e projetos de saúde.	Mestrado	Objetiva apresentar o processo de desenvolvimento de uma proposta metodológica para avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir de um protocolo de indicadores	Assim, os resultados obtidos com a aplicação dessa metodologia para avaliação do atendimento dos parâmetros numéricos mínimos estabelecidos pelo Conselho Federal de Nutricionistas dispostos na legislação vigente e, de outro, a criação de mecanismos de avaliação e monitoramento do programa pelo FNDE.	Pela característica da avaliação de programas e políticas sociais ser um processo em evolução, ao longo do tempo, ressalta-se a necessidade de atualizações periódicas em decorrência das alterações da normativa do programa, bem como de adaptações em relação às especificidades locais

										para execução do programa. Disso decorre a necessidade de realização de novos estudos, assim como a capacitação dos gestores públicos municipais envolvidos no processo de implementação do programa, a fim de instrumentalizá-los, esclarecê-los e motivá-los sobre a importância da avaliação e utilização dessa metodologia.	
6	Educação alimentar e nutricional: um estudo de intervenção em uma escola pública de Salvador – Bahia	Iane Carine Freitas da Silva	2013	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Educação Alimentar e Nutricional. Interdisciplinaridade. Alimentação e Nutrição. Ensino fundamental. Temas transversais.	Mestrado	Essa dissertação objetivou descrever uma experiência educativa interdisciplinar em alimentação e nutrição desenvolvida com escolares do 8º e 9º anos do ensino fundamental em uma escola municipal de um bairro periférico da cidade de Salvador, Bahia. Objetivou ainda avaliar a referida	Os resultados indicaram que, a partir desta experiência, os alunos construíram um novo olhar sobre a feira livre, assim como a percepção da alimentação saudável naquele contexto. Observou-se ainda que os alunos apresentaram um melhor desempenho na	Por fim, não obstante aos desafios aqui apontados, considera-se que houve um acúmulo de conhecimentos no que se refere à inserção do tema alimentação e nutrição. A intervenção realizada promoveu a ampliação dialógica entre os sujeitos, assim como, contribuiu

								experiência na perspectiva dos escolares participantes do estudo.	aprendizagem das disciplinas não apenas sobre alimentação e nutrição, mas também dos conteúdos trabalhados nas disciplinas, fator associado às novas possibilidades metodológicas trabalhadas a partir da referência da interdisciplinaridade.	para a melhoria no aprendizado e interesse nas aulas. Trouxe ainda pistas e possibilidades de trabalhar a temática da alimentação e nutrição em torno de novos paradigmas, para além do biológico e de uma ciência prescritiva, já sinalizados nos documentos normativos que orientam o tema.	
7	A segurança de alimentos em escolas atendidas pelo programa nacional de alimentação escolar: o que revela a produção científica publicada entre 1990 e 2009.	Karla Vila Nova de Araújo Figueiredo	2011	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Alimentação escolar, segurança de alimentos, segurança alimentar e nutricional, pesquisa bibliográfica	Mestrado	Foi objetivo deste estudo caracterizar a segurança de alimentos no âmbito do Programa, a partir da produção científica publicada entre 1990 e 2009. Trata-se de pesquisa bibliográfica, com levantamento e identificação de 53 trabalhos e avaliação do tema sob quatro dimensões: condições gerais das unidades de produção, água, alimentos e	Observamos, pelos estudos avaliados nesta pesquisa, os entraves que acompanham o Programa, nesse sentido, ao longo de sua evolução, nas diversas localidades da federação. São persistentes as variáveis que interferem negativamente, nas condições de preparo e distribuição da alimentação	Diante do exposto, fica clara a violação do direito dos beneficiários à alimentação saudável e adequada conforme declarado pelo Programa. Entende-se, portanto, a pertinência de se desenhar um modelo de avaliação nacional, embora respeitando as características intrínsecas de cada região, que

								manipuladores	aos escolares: inadequações nas estruturas físicas, deficiências quantitativas e precariedade nas condições de conservação de equipamentos e utensílios, descumprimento de procedimentos básicos de manipulação segura dos alimentos,	permita monitorar a realização desse direito, contextualizado para a inocuidade dos alimentos.	
8	Uma proposta para análise do PNAE na perspectiva do direito humano à alimentação adequada: desenvolvimento metodológico e aplicação	Tania Mara Buraneli Soares	2012	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Direito humano. Segurança Alimentar. Alimentação Escolar. Indicadores. Descentralização.	Mestrado	Investigar o que acontece na esfera local. Este estudo apresenta o processo e os resultados relativos à construção de um protocolo com indicadores que visam analisar que fatores na implementação das ações podem favorecer ou constringer o respeito, a proteção, a promoção e a provisão do DHAA.	Resultou do mencionado processo um conjunto de 20 indicadores, com descrição, critério de sucesso, premissas, meios e fontes de obtenção. Este produto é apresentado como uma proposta que poderá ser avaliada quanto à obtenção. Este produto é apresentado como uma proposta que poderá ser avaliada quanto à condição de prover a resposta necessária,	Ao final a proposta contempla um protocolo para análise que se organiza em três (3) dimensões e com um total vinte (20) indicadores. Buscou-se neste desenho adotar formas de verificação viáveis para aplicação nos contextos locais nacionais, como entrevistas e pesquisa documental. Este produto é então apresentado como uma proposta que

									em termos de concepções teóricas, e avaliada em experiências empíricas para reconhecimento da viabilidade e inteligibilidade dos argumentos empíricas para reconhecimento da viabilidade e inteligibilidade dos argumentos estruturantes do modelo.	poderá ser avaliada quanto à condição de prover a resposta necessária em termos de concepções teóricas, e efetivamente, melhor avaliadas em experiências empíricas que possam contribuir para reconhecer a viabilidade e inteligibilidade dos argumentos estruturantes do modelo.	
9	Hábitos alimentares regionais no âmbito do programa nacional de alimentação escolar em um município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa	Janaína Braga de Paiva	2013	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Alimentação escolar, hábitos alimentares regionais, tradições alimentares, alimentação saudável, políticas públicas, segurança alimentar e nutricional	Mestrado	Investigar as interpretações e significados que cerceiam as noções de “hábitos alimentares regionais” e as aceções acerca do respeito a estes hábitos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Os resultados e a discussão abordaram temas relacionados com a lógica utilizada pela nutricionista para a elaboração dos cardápios, instâncias sobre a agricultura familiar e os empreendimentos familiares rurais, a dinâmica de administração da aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios para a produção da alimentação escolar, consideração	Conclui-se que no âmbito do Programa há uma correlação de forças que visam a conformação de novos hábitos alimentares sob a égide da alimentação saudável e, ao mesmo tempo, a preservação do que se convencionou chamar de hábitos alimentares regionais.

									s acerca desta produção e do seu consumo nas unidades de ensino, as interpretações dos escolares acerca da alimentação escolar, o papel do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) quanto ao zelo pela adesão dos escolares ao Programa, interpretações e significados relacionados aos hábitos alimentares regionais e as justificativas relativas ao porque é importante respeitá-los no âmbito do PNAE.		
10	Acepções de merendeiras sobre o programa nacional de alimentação escolar em um bairro de Salvador, Bahia	Indira Meneses Pinto de Castro Tanajura	2011	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Alimentação escolar; análise de narrativas; significados atribuídos ao PNAE.	Mestrado	O presente estudo resgata os significados atribuídos por merendeiras do PNAE compreendendo, suas reflexões e práticas de seu trabalho cotidiano na escola. Também, ressalta o papel desempenhado por essas profissionais no oferecimento	Observou-se que elas não reconhecem o PNAE; não sabem sobre seus objetivos e entendem a merenda como parte das atividades do recreio. As atividades desenvolvidas cotidianamente são extremamente exaustivas, ocorrem em	Conclui-se que os gestores ao desconhecerem as reflexões das merendeiras sobre seu trabalho no espaço cotidiano da escola, também desconhecem o PNAE. Essa simultaneidade de sentidos representa a falta de

								de uma alimentação escolar de qualidade.	precárias condições estruturais e por isso sentem a indiferença e a desvalorização da comunidade escolar por seu trabalho.	entendimento do programa por agentes da escola e por escolares. Isto afeta a noção de direito alimentar dos escolares bem como a produção de hábitos alimentares saudáveis.	
1 1	Avaliação da segurança alimentar e nutricional: contribuições em âmbito municipal	Marlus Henrique Queiroz Pereira	2014	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Segurança Alimentar e Nutricional; Avaliação; Indicadores.	Mestrado	O presente estudo objetivou aperfeiçoar e aplicar um protocolo de indicadores visando contribuir para o aperfeiçoamento da avaliação da SAN em âmbito municipal.	Nos resultados da aplicação do protocolo, foi possível observar associação entre a situação de SAN e porte populacional ( $p=0,333$ ). A maioria dos municípios de pequeno porte foi classificada em IA moderada e grave. Foram observadas elevadas prevalências de IA moderada e grave em todas	O aperfeiçoamento e aplicação dessa ferramenta produz resultados que podem auxiliar pesquisadores da área de avaliação da SAN, além de gerar subsídios aos gestores municipais no enfrentamento da IA, na medida em que permitem reconhecer que dimensão demanda atenção e, nesta, que condições necessitam ser modificadas para promover a SAN de todos

1 2	Alimentação escolar e aquisição de alimentos da agricultura familiar: um estudo no estado da Bahia	Juçara Ana Basto de Costa Accioly	2014	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Nutricionista Responsável Técnico.	Mestrado	O presente trabalho objetivou analisar os fatores que influenciam a implementação da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios do Estado da Bahia, considerando a perspectiva dos nutricionistas responsáveis técnicos (RTs) atuantes nestes municípios.	As razões elencadas para adquirir os produtos da agricultura familiar para o PNAE foram os aspectos legais, nutricionais, cultura e fortalecimento da economia local, disponibilidade de alimentos. A maioria dos produtos é do município e região, de agricultores individuais e grupos formais. Frutas, legumes e verduras foram os itens mais comprados. Para a maioria dos RTs questionados, a implementação da exigência legal foi positiva (77,3%) e 74,2% informaram que deve haver aperfeiçoamento desta relação.	Registram-se a falta de DAP, e a pouca diversificação dos produtos, a omissão do gestor de procurar organizações produtivas de municípios vizinhos, o fornecimento irregular e atraso da entrega de produtos e a não articulação com outras secretarias e organizações.
--------	--	-----------------------------------	------	------------------------------------	--	-------------	---	----------	--	---	---

<p>Contribuição da educação alimentar e nutricional na promoção da segurança alimentar: um estudo no semiárido pernambucano</p>	<p>Otaviana Maria Tobosa Araújo Leal</p>	<p>2019</p>	<p>UFBA-Universidade Federal da Bahia</p>	<p>Mestrado profissional em educação currículo, linguagens e inovações pedagógicas</p>	<p>Dissertação</p>	<p>Educação nutricional, Segurança alimentar, narrativas orais</p>	<p>Mestrado</p>	<p>Promover a Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da Educação Alimentar e Nutricional Crítica aliada às Tecnologias Sociais, na promoção de melhoria de vida do (a) sertanejo (a).</p>	<p>A partir dos dados construídos com a realização do projeto de intervenção, será elaborado um comparativo entre os resultados e as falas, a fim de compreender a construção elaborado um comparativo entre os resultados e as falas, a fim de compreender a construção dos saberes dos (as) alunos (as) do curso Técnico Subsequente de Agropecuária da região do semiárido pernambucano, no que concerne à prática da EAN em sua formação, além de conhecer o quanto essa prática pode propiciar melhoria na qualidade de vida do sertanejo</p>	<p>Assim, esta proposta de intervenção constitui-se metodológica e pedagógica mente numa atividade de extensão do curso de Agropecuária, à medida que estabelece um processo de diálogo entre os conhecimentos locais e os conhecimentos científicos e tecnológicos, por meio da educação alimentar e nutricional, bem como a aplicação destes conhecimentos na agricultura e na intervenção constitui-se metodológica e pedagógica mente numa atividade de extensão das práticas alimentares</p>
---	--	-------------	---	--	--------------------	--	-----------------	--	--	---

14	<p>A trajetória das ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise da atuação do estado à luz da teoria de Poulantzas</p>	<p>Egla Ray Passos Costa</p>	<p>2016</p>	<p>UFBA-Universidade Federal da Bahia</p>	<p>Pós-graduação em economia</p>	<p>Dissertação</p>	<p>Segurança alimentar e nutricional. Estado. Classe dominante. Bloco no poder</p>	<p>Mestrado</p>	<p>O objetivo deste estudo é analisar a atuação do Estado nas ações da Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das contradições e lutas de classes, tendo como referência a visão de Poulantzas (1977) e de Osório (2014) a partir de uma leitura marxista.</p>	<p>O estudo apontou que as contradições das ações nessa área são resultantes da própria lógica do modo de produção capitalista, tendo em vista que esses dois setores vão de encontro aos interesses das classes dominantes (grandes produtores, setores dos agronegócios, empresas de agrotóxicos).</p>	<p>Desta forma, notam-se pressões das classes dominantes por meio da representação política – Frente Parlamentar da Agropecuária – para inviabilizar o processo de Reforma Agrária e flexibilizar o Mercado de Agrotóxico por meio de projetos de lei que visam reduzir a autonomia dos órgãos de regulação e modificar o atual processo de Avaliação de Agrotóxicos.</p>
15	<p>O programa nacional de alimentação escolar em comunidades indígenas de Porto Seguro: um estudo na perspectiva da segurança alimentar e nutricional</p>	<p>Karina Lavínia Pitta do Carmo Régis de Souza</p>	<p>2013</p>	<p>UFBA-Universidade Federal da Bahia</p>	<p>Pós-graduação em ciência de alimentos</p>	<p>Dissertação</p>	<p>Alimentação coletiva, alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional, aceitação, avaliação de políticas e programas, comunidades tradicionais indígenas.</p>	<p>Mestrado</p>	<p>Este trabalho teve por objetivo caracterizar a implementação do PNAE em comunidades indígenas deste município, em face ao conceito de segurança alimentar e nutricional.</p>	<p>Com bases nos resultados obtidos, para as dimensões e indicadores avaliados, e considerando os três níveis de execução consultados, observou-se a e considerando os três níveis de execução consultados, observou-se a insuficiência de articulação e de trabalho</p>	<p>Apesar da boa avaliação do serviço de alimentação escolar, a pesquisa revela a necessidade de avaliações sistemáticas e de aperfeiçoamento nas ações implementadas pelo PNAE, junto às comunidades indígenas investigadas.</p>

									em rede, com desdobramentos negativos no desenvolvimento do Programa. Assim, verificaram-se lacunas quanto à divulgação de informações e ao cumprimento de princípios e diretrizes estabelecidas pelo PNAE e pela política de SAN.		
16	Avaliação da política nacional de alimentação e nutrição no âmbito municipal: desenvolvimento metodológico e estudo de caso na Bahia	Luana Ediara Moreira Pítton	2015	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde	Dissertação	Avaliação. Políticas Públicas. Indicadores. Alimentação e Nutrição. Estudo de caso.	Mestrado	Compreender se e como as ações previstas estariam sendo executadas e, identificar os desafios, lacunas e estratégias que envolvem a implementação das ações de alimentação e nutrição, atuando como oportunidades e/ou obstáculos à execução dessa política.	A aplicação do protocolo revelou o cumprimento de alguns princípios e diretrizes da PNAN, considerando os esforços da Área Técnica de Alimentação e Nutrição, no entanto, em relação à participação e controle social não foram encontrados bons resultados.	Sendo assim, no município em questão parece existir certa proximidade entre o escopo normativo exposto do discurso da PNAN e o desenho operacional que lhe é dado, sendo necessários alguns ajustes à tomada de decisão.

Práticas agrícolas e qualidade higiênico sanitária de alimentos da agricultura familiar fornecidos à alimentação escolar	Isabella Accioly Germoglio de carvalho	2016	UFBA- Universidad e Federal da Bahia	Pós-graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde	Dissertação	PNAE. Agricultura familiar. Qualidade microbiológica	Mestrado	Esse estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento e as práticas agrícolas dos produtores da agricultura familiar e a qualidade microbiológica de alimentos dessa agricultura fornecidos a alimentação escolar de Salvador, BA.	Os resultados das entrevistas demonstraram que 66,7% dos agricultores tinham bom conhecimento sobre as práticas adequadas de plantio e colheita dos alimentos ( $\geq 70\%$ de acertos). Quanto às análises microbiológicas, não foram detectados coliformes termo tolerantes nas amostras ( $< 3,00$ NMP/g), assim como <i>Staphylococcus</i> coagulase-positiva ( $< 10$ UFC/g), demonstrando adequação à legislação brasileira. Conclui-se que o nível de conhecimento, embora suficiente na maioria dos entrevistados, remete à necessidade de reforçar a qualificação dos agricultores para garantir a produção de	Na análise qualitativa do estudo, foi verificado que a maioria das produtoras possuíam conhecimento suficiente, sobre as práticas de plantio e colheita, o que indica que já passaram por treinamento em BPA e BPF. Entretanto, ainda se verifica parte expressiva das agricultoras que necessitam realizar esse tipo de qualificação para o fornecimento de alimentos seguros às crianças atendidas pelo PNAE, em Salvador, BA. A ocorrência de associação significativa entre o nível de conhecimento e as práticas relatadas das agricultoras demonstra a importância da
--	--	------	--------------------------------------	--	-------------	--	----------	--	---	---

									alimentos seguros. Deve-se considerar que, apesar dos alimentos serem originários da agricultura familiar, eles eram industrializados, o que provavelmente contribuiu para o baixo nível de contaminação dos mesmos	qualificação em BPA.
Significados da segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de marisqueiras no recôncavo baiano	Sara Emanuela de Carvalho Mota	2012	UFBA-Universidade Federal da Bahia	PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO	Dissertação	Segurança alimentar e nutricional. Saúde do trabalhador. Saúde da Mulher (fonte: DeCS/MeSH, BIREME).	Mestrado	o presente estudo busca compreender as acepções acerca da segurança alimentar e nutricional para marisqueiras da sede do município de Salinas da Margarida-BA, bem como suas estratégias de acesso ao alimento. Com este objetivo, foram utilizadas contribuições teóricas do campo das ciências sociais, em especial, da sociologia compreensiva weberiana e da hermenêutica dialética proposta por Minayo	Observou-se que, na população estudada, a garantia da segurança alimentar e nutricional assume uma dimensão coletiva e repleta de significados construídos a partir dos valores, normas e costumes que forjam as características culturais específicas daquela comunidade. A despeito de desempenharem uma atividade extrativista, cujo acesso regular ao alimento deve ser assegurado pelo	Os significados que a experiência da insegurança alimentar produz nos distintos contextos precisam ser compreendidos para fins de análise dos condicionantes e determinantes dessa situação em uma determinada realidade. As escolhas alimentares são fortemente influenciadas por hábitos, crenças, tradições e valores culturais específicos, mesmo em um

									ambiente natural, fatores culturais, ambientais e socioeconômicos conduzem membros dessa comunidade a um estado de insegurança alimentar e nutricional, e revelam a complexidade do que se entende por comida em um contexto onde estratégias que mobilizam saberes e práticas tradicionais mantidos originalmente, ou com alguma adaptação, têm sido desenvolvidas por diversas gerações.	cotidiano marcado por privações. Dessa forma, intervenções em nutrição que permaneçam alheias aos aspectos simbólicos que circundam a cultura alimentar de um povo estão fadadas a seguir rumos sempre tangenciais aos objetivos propostos.	
19	Educação alimentar e nutricional com agentes comunitários de saúde: estudo sobre uma experiência educativa na cidade de Salvador – Bahia	Debora Cruz Porcino	2014	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Programa de pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde	Dissertação	Educação Alimentar e Nutricional. Agentes Comunitários de Saúde. Método Paulo Freire. Intersetorialidade. Formação Profissional. Alimentação e Nutrição	Mestrado	Essa dissertação objetivou descrever e analisar, a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, uma experiência de Formação em Educação Alimentar e Nutricional com Agentes Comunitários de Saúde em relação aos princípios	Os ACS indicam maior compreensão sobre a complexidade das ciências da nutrição. Em relação à abordagem metodológica, os ACS adotaram o critério de avaliação baseado na comparação com suas vivências	Como propulsora da constante curiosidade e desejo de aperfeiçoamento. Discute-se assim, a possibilidade e de continuidade do processo educativo iniciado com este “projeto piloto” enfatizando a discussão quanto aos

								<p>teórico-metodológicos adotados em seu planejamento, execução e avaliação, a saber: a inspiração no Método de alfabetização para adultos de Paulo Freire; a aprendizagem significativa de David Ausubel; o ensino das ciências da nutrição para além da memorização de regras; a interação entre saberes populares, científicos e artísticos; adoção da problematização e valorização do pensamento divergente; o recurso do diálogo na prática educativa e a criatividade também como instrumento educativo..</p>	<p>educativas progressas, criticadas pelo uso metodologias tradicionais. A experiência de Formação em Nutrição é então classificada por estes sujeitos como “diferenciada” por englobar elementos do universo alimentar, cultural e lingüístico dos sujeitos e, a partir da dialogicidade e como prática fundante ao seu desenvolvimento, além da horizontalidade das relações e o uso da criatividade, convida os educandos a se tornar protagonista da construção do saber.</p>	<p>seus limites e possibilidades de modo a gerar conhecimentos que colaborem ao fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional enquanto campo científico e político.</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

<p>A agricultura familiar e a alimentação adequada e saudável: um estudo sobre práticas agroalimentares de famílias agricultoras do semiárido da Bahia, Brasil</p>	<p>Janaína Braga de Paiva</p>	<p>2017</p>	<p>UFBA-Universidade Federal da Bahia</p>	<p>Pós-Graduação em Saúde Coletiva</p>	<p>Tese</p>	<p>Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Direito humano à Alimentação Adequada (DHAA). Agricultura Familiar. Alimentação Adequada e Saudável (AAS)</p>	<p>Doutorado</p>	<p>Objetivou-se, assim, analisar práticas agroalimentares de famílias agricultoras do semiárido baiano, para a partir delas discutir sobre os alcances e as possibilidades, bem como sobre as tensões e as controvérsias, na produção do alimento adequado e saudável. Logo, buscou-se partir das práticas destes interlocutores para pensar o que vem sendo proposto institucionalmente e não o contrário.</p>	<p>Os resultados foram organizados de acordo com os alimentos produzidos e consumidos por estas famílias, a saber: milho, mandioca, feijão, produtos de produzidos e consumidos por estas famílias, a saber: milho, mandioca, feijão, produtos de origem animal (carnes, leite, ovos e mel) e frutas, verduras e legumes (FVL). Para cada alimento ou grupo de alimentos foram destacados temas relevantes de acordo com as discussões contemporâneas dos campos da saúde coletiva, da segurança alimentar e da alimentação e nutrição, a saber: agroecologia, agrobiodiversidade</p>	<p>Assim, identifica-se que os diferentes modelos de produção se conectam e a agricultura familiar contemporânea, mesmo participando predominantemente dos circuitos curtos de produção com a venda de produtos como banana, milho, feijão, carnes e mel, integra o sistema alimentar hegemônico e as cadeias de abastecimento globais ao consumir cultivos comerciais e outros produtos de origem não familiar. Com base nesta discussão, analisa-se que no mundo social as práticas estão integradas-interconectadas, suas essências se misturam e algumas delas podem ser ao mesmo tempo “sustentáveis” e</p>
--	-------------------------------	-------------	---	--	-------------	---	------------------	---	---	--

									de, orgânicos, agrotóxicos, transgênicos e mudanças climáticas. Portanto, a agricultura familiar no semiárido baiano pode ser caracterizada como um híbrido entre variados modelos de produção ou formas de cultivo, vinculados a um emaranhado de conexões vindas de outros tempos e lugares.	“insustentáveis”, uma divisão que só faz sentido do ponto de vista analítico. Portanto, consideramos que a agricultura familiar no semiárido baiano pode ser caracterizada como um híbrido entre variados modelos de produção ou formas de cultivo, vinculados a um emaranhado de conexões vindas de outros tempos e lugares, como descreve Latour (2012).	
21	Consciência alimentar: memórias e práticas alimentares em Bananeiras, Ilha de Maré	Lílian Lessa Andrade	2017	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Programa de Doutorado Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento	Tese	Consciência alimentar. Segurança alimentar. Soberania alimentar. Sustentabilidade.	Doutorado	O objetivo central da Tese é defender que a consciência alimentar pode definir nova trajetória na questão alimentar, a partir da integração do ser humano consigo mesmo, com seus semelhantes e com o ambiente do qual é parte integrante, a partir de atitudes sustentáveis.	Ao tempo que existe maior acesso a uma diversidade de alimentos, há também dúvidas quanto à sua qualidade. A sustentabilidade é um tema urgente na ilha, pois há relatos de contaminação ambiental e adoecimentos provocados por contaminação	Repensar a educação alimentar e nutricional a partir do autoconhecimento, despertando e desenvolvendo a consciência alimentar em prol da sustentabilidade e segurança alimentar se apresenta como uma possibilidade e de enfrentamen

									es externas, bem como de práticas ambientalmente insustentáveis por moradores e visitantes. A educação direcionada à construção de conhecimentos quanto à sustentabilidade, baseados na consciência alimentar, com a continuidade dos projetos planejados junto à comunidade é prevista como perspectiva de ação.	to ao padrão de consumo instituído, oportunizando a construção de novos valores economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e culturalmente respeitosos.	
2 2	Emancipação e participação social para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional: pesquisa-ação em comunidade urbana do nordeste brasileiro	Marie Agnes Aliaga	2018	UFBA-Universidade Federal da Bahia	Pós-graduação em Saúde Coletiva	Tese	Emancipação. Participação. Segurança alimentar e nutricional. Pesquisa-ação	Doutorado	A tese tem como objetivo analisar os significados, objetivos e práticas associados ao enfrentamento comunitário da insegurança alimentar e nutricional em Pau da Lima, Salvador, Bahia, com base em uma pesquisa-ação desenvolvida junto à líderes e moradores da região.	Destacaram-se a necessidade de desconstrução do lugar historicamente constituído da universidade dentro da comunidade e a superação das contradições entre o pesquisar acadêmico e o agir desconstrução do lugar historicamente constituído da universidade dentro da comunitário.	Apesar do reconhecimento do Estado como garantidor de direito e da necessidade de políticas públicas para a efetivação da SAN, os programas de SAN seguiam pouco reconhecidos, mostrando a distância entre os objetivos anunciados da Política Nacional de SAN e a realidade vivida, ao mesmo tempo que

									<p>Os temas da participação social e da emancipação permearam a totalidade da pesquisa realizada, mostrando o quão estratégico foi a SAN para se analisar os desafios da participação e o quão fundamental é enfrentar esses desafios para a efetivação da SAN.</p>	<p>questionando a visibilidade e o alcance desses programas. Nessas discussões, o Estado apareceu simultaneamente como o instrumento da reprodução dessas relações de poder e como o portador de solução frente às desigualdades nelas embutidas. A questão do lugar do Estado para efetivação da SAN, antes de dizer a respeito de programas específicos, se assimilou à questão do lugar do Estado frente às desigualdades sociais e à opressão, e à questão democrática, questionando de quem são os interesses dos que nos governam. A fome e a insegurança alimentar e nutricional se destacaram como, ao</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

										mesmo tempo, expressões e instrumentos das relações de poder que marca os corpos e que os mantem no lugar do oprimido
Concepções e Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional entre os Terreiros de Candomblé de Novos Alagados/BA	Denize de Almeida Ribeiro	2013	UFBA- Universidad e Federal da Bahia	Pós-graduação em Saúde Coletiva	Tese	Segurança Alimentar e Nutricional. Terreiro de Candomblé. Ubutu. População Negra.	Doutorado	O estudo tem o objetivo de discutir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o papel da alimentação na vida das pessoas, bem como compreender as concepções que o povo de terreiro considera destacando a percepção da falta do alimento como algo que tem um significado além da esfera biomédica no que se refere a SAN e as estratégias utilizadas diante das situações de não garantia deste direito.	Os resultados obtidos foram categorizados e analisados a partir da técnica de análise de conteúdo e recorrendo a uma interpretação feita a partir do ponto de vista das mulheres negras, que foram as principais informantes neste estudo. Em 25% dos terreiros pesquisados, na percepção das zeladoras, a situação de SAN estava dentro da perspectiva adequada para as necessidades sócio-religiosas e de suas famílias biológicas, mas, para a maioria dos terreiros deste estudo, 75% das	Ao aplicar a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, adaptada, observei que muitos destes terreiros têm a percepção de se encontrarem em situação de Insegurança Alimentar (75%), além de estarem com a capacidade de acesso aos alimentos que consideram adequados para seu uso particular e para o cumprimento das obrigações sócio-religiosas reduzidas. Em 25% dos terreiros pesquisados, na percepção dos zeladores, a situação de SAN estava dentro da

									casas pesquisadas vivenciam algum grau de Insegurança Alimentar (IA) e, destes, 55,5% encontram-se em condição grave de IA, ou seja, apresentam muitas situações de limitação de acesso aos alimentos habituais, tanto para suas famílias biológicas, quanto para as obrigações sócio-religiosas.	perspectiva adequada para as necessidades sócio-religiosas e de suas famílias biológicas, isto é, não havia riscos para garantia de acesso quantitativo e qualitativo as refeições habituais e nem para manutenção das oferendas e de sua prática religiosa. Mas, para a maioria dos terreiros deste estudo, 75% das casas pesquisadas vivenciam algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 55,5% encontram-se em condição grave de Insegurança Alimentar, ou seja, apresentam muitas situações de limitação de acesso aos alimentos habituais, tanto para suas famílias biológicas, quanto para suas obrigações sócio-religiosas.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

24 Os estudos e análise dos resíduos sólidos provenientes da merenda escolar em escolas da rede pública de Governador Mangabeira -ba	Jeane pinto de Almeida	2016	UFRB- Universidad e Federal do Recôncavo da Bahia	Curso de licenciatura em biologia	Tcc	Educação Ambiental. Resíduos Sólidos. Merenda Escolar.	Licenciatura	O presente trabalho teve como objetivo geral, analisar se existem ações voltadas para minimização da produção de resíduos sólidos no processo de confecção e sobras da merenda escolar diminuindo o desperdício e os impactos ambientais, em três escolas da rede públicas da cidade de Governador Mangabeira Bahia. Optou-se por uma pesquisa de campo, que foi classificada como descritiva, enquanto que a abordagem foi qualitativa.	A partir dos resultados obtidos, verificou-se que infelizmente as escolas participantes não realizam ações para diminuir e tratar os seus resíduos.	Esperamos que este trabalho possa contribuir de modo significativo principalmente para as escolas pesquisadas, incentivando a busca de ações e atitudes que promovam mudanças positivas nas escolas
25 Educação alimentar e nutricional (EAN): produção de horta orgânica como prática pedagógica	Luciano Faleiro Brito	2019	UFRB- Universidad e Federal do Recôncavo da Bahia	Curso de licenciatura em biologia	TCC	Prática Pedagógica. horta escolar. Sustentabilidade	Licenciatura	O principal objetivo desta pesquisa é analisar como a temática da Educação Alimentar e Nutricional – EAN, na perspectiva da produção de horta orgânica é incorporada à prática pedagógica dos professores de Biologia em uma UEE públicas de EM do município de Cruz das	Os resultados desta pesquisa mostraram que o trabalho com hortas escolares apresenta-se como uma importante ferramenta pedagógica, embora pouco explorada, que possibilita o reconhecimento da Educação Alimentar e	Por meio dessa pesquisa podemos perceber que o trabalho com hortas nas escolas é desenvolvido, muitas vezes, apenas como projeto, sem levar em consideração a importância dessas atividades em relação a alimentação saudável, ou seja, em

								Almas – BA. Objetivamos, ainda, compreender como a EAN pode ser desenvolvida no âmbito da escola e como podemos despertar nos alunos o interesse por uma alimentação rica e nutriente que contribua para o crescimento saudável do seu corpo sem agredir o meio ambiente.	Nutricional, e a importância de compreender esse tema de forma interdisciplinar e transversal, que não seja desenvolvido apenas por professores de Ciências Naturais ou Biologia, ou professores de áreas afins, tampouco como um projeto pontual, mas que possa agregar todos os partícipes da escola de forma que impacte na mudança de hábitos e atitudes na comunidade escolar e posteriormente também ultrapasse os muros da escola.	uma perspectiva da EAN, bem como as diversas possibilidades do trabalho pedagógico que pode ser desenvolvido de forma interdisciplinar e transversal. Desde preservação do meio ambiente, desenvolvim ento sustentável, até temas sociais a distribuição de alimentos no planeta, a fome mundial, a importância das vitaminas e sais minerais advindos das hortaliças, as possibilidades de uso de plantas medicinais, o funcionamento do sistema digestório, dentre outros.
Raça, classe e gênero no bolsa família: uma análise pela perspectiva da segurança alimentar e nutricional.	Carolina Nascimento Paes	2019	UFRB-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Programa de pós-graduação em ciências sociais cultura, desigualdade e desenvolvimento	Dissertação	Segurança Alimentar e Nutricional. Fome. Programa Bolsa Família. Intersecção.	Mestrado	Este trabalho teve como objetivo avaliar, dentro da produção bibliográfica da SciELO, entre 2003 e 2019, a relação entre Segurança Alimentar e Nutricional e	Foram analisados estudos de base quantitativa e qualitativa e estudada como a relação entre os fatores classe, raça e gênero conformam	Concluiu-se que o programa em questão impacta na alimentação dos beneficiários de forma positiva, porém, em se tratando do conceito

								o Programa Bolsa Família, criado no governo Lula e se configurando como maior política de transferência condicionada de renda do Brasil.	situações específicas de desigualdade, colocando este público entre os mais vulneráveis a Insegurança Alimentar e a fome.	abrangente de SAN faz-se necessário ampliar as estratégias de políticas focalizadas, somando-se a iniciativas de cunho estrutural para dar base para uma alimentação saudável, segura e acessível a todos.	
27	A participação das associações da agricultura familiar no pnae: uma reflexão sobre a aquisição da alimentação escolar no município de Cruz das Almas/Bahia	Cleonic e Pereira dos santos	2019	UFRB-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Curso tecnologia em gestão de cooperativas	Tcc	Associativismo. Mercado institucional. PNAE. Agricultura familiar	Tecnólogo	Este trabalho tem por objetivo analisar a participação das organizações da agricultura familiar no PNAE no município de Cruz das Almas/Bahia.	Identifica os percentuais de compras da agricultura familiar entre os anos de 2011 e 2016; detecta as principais dificuldades enfrentadas pelas associações na organização da produção e comercialização; além de caracterizar as organizações que comercializam com o PNAE. Para tanto, manuseia-se um banco de dados composto por quatro associações que comercializam com o PNAE no	Nesta perspectiva, a pesquisa revelou que o PNAE é um canal de comercialização muito importante para as organizações investigadas, embora persistam dificuldades de ordens diversas para ampliar a participação dos agricultores familiares nesta modalidade de compra pública.

									<p>município, oriundo do mais mercado, um projeto em decorrência da colaboração entre a UFRB e o extinto MDA. Como o mercado institucional tem sido considerado estratégico para o fortalecimento da agricultura familiar e garantia de segurança alimentar e nutricional, identificar os gargalos na sua implementação contribuirá para o aperfeiçoamento dessa política</p>		
28	<p>A qualidade da alimentação ofertada no Brasil pelo programa nacional da alimentação escolar: uma revisão de literatura</p>	<p>Jose Raimundo de Jesus Sousa</p>	<p>2018</p>	<p>UFRB- universidade federal do recôncavo da Bahia</p>	<p>Curso licenciatura em biologia</p>	<p>Tcc</p>	<p>Alimentação escolar. Qualidade nutricional. Qualidade higiênica sanitária</p>	<p>Licenciatura</p>	<p>Objetivou-se investigar como o tema da qualidade da alimentação ofertada no âmbito do programa nacional da alimentação escolar (PNAE) no Brasil, é tratado e artigos científicos produzidos entre 2007 a 2017. --</p>	<p>Os resultados foram categorizados em três temas: a qualidade da alimentação na perspectiva nutricional, suas características higiênicas e a aceitação pelos alunos beneficiados pelo PNAE. Percebeu-se que é necessário</p>	<p>Contudo, ressalta-se a importância de mais estudos que tratem de qualidade higiênico-sanitária e da aceitação da alimentação escolar servida pelo PNAE, de modo que este cumpra seus objetivos, de potencializar o crescimento</p>

									<p>rever a adequação da qualidade nutricional das refeições ofertadas pelo PNAE, uma vez que nem sempre atendem ao que é preconizado por suas normas. Quanto à qualidade higiênico-sanitária segue a mesma necessidade, uma vez que alguns estudos apontam níveis elevados de contaminação, bem como procedimentos de controle de temperatura ineficientes.</p>	<p>e desenvolvimento dos escolares, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis e adequados.</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelo próprio auto, (2022)